

# CÓDIGO PENAL

i@ditora

# CÓDIGO PENAL

## DECRETO-LEI N.º 2.848, DE 7 DE DEZEMBRO DE 1940

*Código Penal.*

O Presidente da República, usando da atribuição que lhe confere o art. 180 da Constituição, decreta a seguinte Lei:

## CÓDIGO PENAL

### PARTE GERAL

## TÍTULO I DA APLICAÇÃO DA LEI PENAL

### Anterioridade da lei

**Art. 1º** - Não há crime sem lei anterior que o defina. Não há pena sem prévia cominação legal.

### Lei penal no tempo

**Art. 2º** - Ninguém pode ser punido por fato que lei posterior deixa de considerar crime, cessando em virtude dela a execução e os efeitos penais da sentença condenatória.

**Parágrafo único** - A lei posterior, que de qualquer modo favorecer o agente, aplica-se aos fatos anteriores, ainda que decididos por sentença condenatória transitada em julgado.

### Lei excepcional ou temporária

**Art. 3º** - A lei excepcional ou temporária, embora decorrido o período de sua duração ou cessadas as circunstâncias que a determinaram, aplica-se ao fato praticado durante sua vigência.

### Tempo do crime

**Art. 4º** - Considera-se praticado o crime no momento da ação ou omissão, ainda que outro seja o momento do resultado.

### Territorialidade

**Art. 5º** - Aplica-se a lei brasileira, sem prejuízo de convenções, tratados e regras de direito internacional, ao crime cometido no território nacional.

**§ 1º** - Para os efeitos penais, consideram-se como extensão do território nacional as embarcações e aeronaves brasileiras, de natureza pública ou a serviço do governo brasileiro onde quer que se encontrem, bem como as aeronaves e as embarcações brasileiras, mercantes ou

de propriedade privada, que se achem, respectivamente, no espaço aéreo correspondente ou em alto-mar.

**§ 2º** - É também aplicável a lei brasileira aos crimes praticados a bordo de aeronaves ou embarcações estrangeiras de propriedade privada, achando-se aquelas em pouso no território nacional ou em vôo no espaço aéreo correspondente, e estas em porto ou mar territorial do Brasil.

## **Lugar do crime**

**Art. 6º** - Considera-se praticado o crime no lugar em que ocorreu a ação ou omissão, no todo ou em parte, bem como onde se produziu ou deveria produzir-se o resultado.

## **Extraterritorialidade**

**Art. 7º** - Ficam sujeitos à lei brasileira, embora cometidos no estrangeiro:

I - os crimes:

- a) contra a vida ou a liberdade do Presidente da República;
- b) contra o patrimônio ou a fé pública da União, do Distrito Federal, de Estado, de Território, de Município, de empresa pública, sociedade de economia mista, autarquia ou fundação instituída pelo Poder Público;
- c) contra a administração pública, por quem está a seu serviço;
- d) de genocídio, quando o agente for brasileiro ou domiciliado no Brasil;

II - os crimes:

- a) que, por tratado ou convenção, o Brasil se obrigou a reprimir;
- b) praticados por brasileiro;
- c) praticados em aeronaves ou embarcações brasileiras, mercantes ou de propriedade privada, quando em território estrangeiro e aí não sejam julgados.

**§ 1º** - Nos casos do **inciso I**, o agente é punido segundo a lei brasileira, ainda que absolvido ou condenado no estrangeiro.

**§ 2º** - Nos casos do **inciso II**, a aplicação da lei brasileira depende do concurso das seguintes condições:

- a) entrar o agente no território nacional;
- b) ser o fato punível também no país em que foi praticado;
- c) estar o crime incluído entre aqueles pelos quais a lei brasileira autoriza a extradição;
- d) não ter sido o agente absolvido no estrangeiro ou não ter aí cumprido a pena;
- e) não ter sido o agente perdoado no estrangeiro ou, por outro motivo, não estar extinta a punibilidade, segundo a lei mais favorável.

**§ 3º** - A lei brasileira aplica-se também ao crime cometido por estrangeiro contra brasileiro fora do Brasil, se, reunidas as condições previstas no **parágrafo anterior**:

- a) não foi pedida ou foi negada a extradição;
- b) houve requisição do Ministro da Justiça.

## **Pena cumprida no estrangeiro**

**Art. 8º** - A pena cumprida no estrangeiro atenua a pena imposta no Brasil pelo mesmo crime, quando diversas, ou nela é computada, quando idênticas.

### **Eficácia de sentença estrangeira**

**Art. 9º** - A sentença estrangeira, quando a aplicação da lei brasileira produz na espécie as mesmas conseqüências, pode ser homologada no Brasil para:

- I - obrigar o condenado à reparação do dano, a restituições e a outros efeitos civis;
- II - sujeitá-lo a medida de segurança.

**Parágrafo único** - A homologação depende:

- a) para os efeitos previstos no **inciso I**, de pedido da parte interessada;
- b) para os outros efeitos, da existência de tratado de extradição com o país de cuja autoridade judiciária emanou a sentença, ou, na falta de tratado, de requisição do Ministro da Justiça.

### **Contagem de prazo**

**Art. 10** - O dia do começo inclui-se no cômputo do prazo. Contam-se os dias, os meses e os anos pelo calendário comum.

### **Frações não computáveis da pena**

**Art. 11** - Desprezam-se, nas penas privativas de liberdade e nas restritivas de direitos, as frações de dia, e, na pena de multa, as frações de cruzeiro.

### **Legislação especial**

**Art. 12** - As regras gerais deste Código aplicam-se aos fatos incriminados por lei especial, se esta não dispuser de modo diverso.

## **TÍTULO II DO CRIME**

### **Relação de causalidade**

**Art. 13** - O resultado, de que depende a existência do crime, somente é imputável a quem lhe deu causa. Considera-se causa a ação ou omissão sem a qual o resultado não teria ocorrido.

### **Superveniência de causa independente**

**§ 1º** - A superveniência de causa relativamente independente exclui a imputação quando, por si só, produziu o resultado; os fatos anteriores, entretanto, imputam-se a quem os praticou.

### **Relevância da omissão**

**§ 2º** - A omissão é penalmente relevante quando o omitente devia e podia agir para evitar o resultado. O dever de agir incumbe a quem:

- a) tenha por lei obrigação de cuidado, proteção ou vigilância;

- b) de outra forma, assumiu a responsabilidade de impedir o resultado;
- c) com seu comportamento anterior, criou o risco da ocorrência do resultado.

**Art. 14** - Diz-se o crime:

### **Crime consumado**

I - consumado, quando nele se reúnem todos os elementos de sua definição legal;

### **Tentativa**

II - tentado, quando, iniciada a execução, não se consuma por circunstâncias alheias à vontade do agente.

### **Pena de tentativa**

**Parágrafo único** - Salvo disposição em contrário, pune-se a tentativa com a pena correspondente ao crime consumado, diminuída de um a dois terços.

### **Desistência voluntária e arrependimento eficaz**

**Art. 15** - O agente que, voluntariamente, desiste de prosseguir na execução ou impede que o resultado se produza, só responde pelos atos já praticados.

### **Arrependimento posterior**

**Art. 16** - Nos crimes cometidos sem violência ou grave ameaça à pessoa, reparado o dano ou restituída a coisa, até o recebimento da denúncia ou da queixa, por ato voluntário do agente, a pena será reduzida de um a dois terços.

### **Crime impossível**

**Art. 17** - Não se pune a tentativa quando, por ineficácia absoluta do meio ou por absoluta imprópriedade do objeto, é impossível consumar-se o crime.

**Art. 18** - Diz-se o crime:

### **Crime doloso**

I - doloso, quando o agente quis o resultado ou assumiu o risco de produzi-lo;

### **Crime culposo**

II - culposo, quando o agente deu causa ao resultado por imprudência, negligência ou imperícia.

**Parágrafo único** - Salvo os casos expressos em lei, ninguém pode ser punido por fato previsto como crime, senão quando o pratica dolosamente.

### **Agravação pelo resultado**

**Art. 19** - Pelo resultado que agrava especialmente a pena, só responde o agente que o houver causado ao menos culposamente.

### **Erro sobre elementos do tipo**

**Art. 20** - O erro sobre elemento constitutivo do tipo legal de crime exclui o dolo, mas permite a punição por crime culposo, se previsto em lei.

### **Descriminantes putativas**

**§ 1º** - É isento de pena quem, por erro plenamente justificado pelas circunstâncias, supõe situação de fato que, se existisse, tornaria a ação legítima. Não há isenção de pena quando o erro deriva de culpa e o fato é punível como crime culposo.

### **Erro determinado por terceiro**

**§ 2º** - Responde pelo crime o terceiro que determina o erro.

### **Erro sobre a pessoa**

**§ 3º** - O erro quanto à pessoa contra a qual o crime é praticado não isenta de pena. Não se consideram, neste caso, as condições ou qualidades da vítima, senão as da pessoa contra quem o agente queria praticar o crime.

### **Erro sobre a ilicitude do fato**

**Art. 21** - O desconhecimento da lei é inescusável. O erro sobre a ilicitude do fato, se inevitável, isenta de pena; se evitável, poderá diminuí-la de um sexto a um terço.

**Parágrafo único** - Considera-se evitável o erro se o agente atua ou se omite sem a consciência da ilicitude do fato, quando lhe era possível, nas circunstâncias, ter ou atingir essa consciência.

### **Coação irresistível e obediência hierárquica**

**Art. 22** - Se o fato é cometido sob coação irresistível ou em estrita obediência a ordem, não manifestamente ilegal, de superior hierárquico, só é punível o autor da coação ou da ordem.

### **Exclusão de ilicitude**

**Art. 23** - Não há crime quando o agente pratica o fato:

I - em estado de necessidade;

II - em legítima defesa;

III - em estrito cumprimento de dever legal ou no exercício regular de direito.

### **Excesso punível**

**Parágrafo único** - O agente, em qualquer das hipóteses deste artigo, responderá pelo excesso doloso ou culposo.

### **Estado de necessidade**

**Art. 24** - Considera-se em estado de necessidade quem pratica o fato para salvar de perigo atual, que não provocou por sua vontade, nem podia de outro modo evitar, direito próprio ou alheio, cujo sacrifício, nas circunstâncias, não era razoável exigir-se.

**§ 1º** - Não pode alegar estado de necessidade quem tinha o dever legal de enfrentar o perigo.

**§ 2º** - Embora seja razoável exigir-se o sacrifício do direito ameaçado, a pena poderá ser reduzida de um a dois terços.

## **Legítima defesa**

**Art. 25** - Entende-se em legítima defesa quem, usando moderadamente dos meios necessários, repele injusta agressão, atual ou iminente, a direito seu ou de outrem.

## **TÍTULO III DA IMPUTABILIDADE PENAL**

### **Inimputáveis**

**Art. 26** - É isento de pena o agente que, por doença mental ou desenvolvimento mental incompleto ou retardado, era, ao tempo da ação ou da omissão, inteiramente incapaz de entender o caráter ilícito do fato ou de determinar-se de acordo com esse entendimento.

### **Redução de pena**

**Parágrafo único** - A pena pode ser reduzida de um a dois terços, se o agente, em virtude de perturbação de saúde mental ou por desenvolvimento mental incompleto ou retardado não era inteiramente capaz de entender o caráter ilícito do fato ou de determinar-se de acordo com esse entendimento.

### **Menores de dezoito anos**

**Art. 27** - Os menores de 18 (dezoito) anos são penalmente inimputáveis, ficando sujeitos às normas estabelecidas na legislação especial.

### **Emoção e paixão**

**Art. 28** - Não excluem a imputabilidade penal:

I - a emoção ou a paixão;

### **Embriaguez**

II - a embriaguez, voluntária ou culposa, pelo álcool ou substância de efeitos análogos.

**§ 1º** - É isento de pena o agente que, por embriaguez completa, proveniente de caso fortuito ou força maior, era, ao tempo da ação ou da omissão, inteiramente incapaz de entender o caráter ilícito do fato ou de determinar-se de acordo com esse entendimento.

**§ 2º** - A pena pode ser reduzida de um a dois terços, se o agente, por embriaguez, proveniente de caso fortuito ou força maior, não possuía, ao tempo da ação ou da omissão, a plena capacidade de entender o caráter ilícito do fato ou de determinar-se de acordo com esse entendimento.

## **TÍTULO IV DO CONCURSO DE PESSOAS**

**Art. 29** - Quem, de qualquer modo, concorre para o crime incide nas penas a este cominadas, na medida de sua culpabilidade.

§ 1º - Se a participação for de menor importância, a pena pode ser diminuída de um sexto a um terço.

§ 2º - Se algum dos concorrentes quis participar de crime menos grave, ser-lhe-á aplicada a pena deste; essa pena será aumentada até metade, na hipótese de ter sido previsível o resultado mais grave.

### **Circunstâncias incommunicáveis**

**Art. 30** - Não se comunicam as circunstâncias e as condições de caráter pessoal, salvo quando elementares do crime.

### **Casos de impunibilidade**

**Art. 31** - O ajuste, a determinação ou instigação e o auxílio, salvo disposição expressa em contrário, não são puníveis, se o crime não chega, pelo menos, a ser tentado.

## **TÍTULO V DAS PENAS**

### **CAPÍTULO I DAS ESPÉCIES DE PENA**

**Art. 32** - As penas são:

- I - privativas de liberdade;
- II - restritivas de direitos;
- III - de multa.

### **SEÇÃO I DAS PENAS PRIVATIVAS DE LIBERDADE**

### **Reclusão e detenção**

**Art. 33** - A pena de reclusão deve ser cumprida em regime fechado, semi-aberto ou aberto. A de detenção, em regime semi-aberto, ou aberto, salvo necessidade de transferência a regime fechado.

§ 1º - Considera-se:

- a) regime fechado a execução da pena em estabelecimento de segurança máxima ou média;
- b) regime semi-aberto a execução da pena em colônia agrícola, industrial ou estabelecimento similar;
- c) regime aberto a execução da pena em casa de albergado ou estabelecimento adequado.

§ 2º - As penas privativas de liberdade deverão ser executadas em forma progressiva, segundo o mérito do condenado, observados os seguintes critérios e ressalvadas as hipóteses de transferência a regime mais rigoroso:



- a) o condenado a pena superior a 8 (oito) anos deverá começar a cumpri-la em regime fechado;
- b) o condenado não reincidente, cuja pena seja superior a 4 (quatro) anos e não exceda a 8 (oito), poderá, desde o princípio, cumpri-la em regime semi-aberto;
- c) o condenado não reincidente, cuja pena seja igual ou inferior a 4 (quatro) anos, poderá, desde o início, cumpri-la em regime aberto.

§ 3º - A determinação do regime inicial de cumprimento da pena far-se-á com observância dos critérios previstos no **art. 59** deste Código.

### **Regras do regime fechado**

**Art. 34** - O condenado será submetido, no início do cumprimento da pena, a exame criminológico de classificação para individualização da execução.

§ 1º - O condenado fica sujeito a trabalho no período diurno e a isolamento durante o repouso noturno.

§ 2º - O trabalho será em comum dentro do estabelecimento, na conformidade das aptidões ou ocupações anteriores do condenado, desde que compatíveis com a execução da pena.

§ 3º - O trabalho externo é admissível, no regime fechado, em serviços ou obras públicas.

### **Regras do regime semi-aberto**

**Art. 35** - Aplica-se a norma do **art. 34 deste Código, caput**, ao condenado que inicie o cumprimento da pena em regime semi-aberto.

§ 1º - O condenado fica sujeito a trabalho em comum durante o período diurno, em colônia agrícola, industrial ou estabelecimento similar.

§ 2º - O trabalho externo é admissível, bem como a freqüência a cursos supletivos profissionalizantes, de instrução de segundo grau ou superior.

### **Regras do regime aberto**

**Art. 36** - O regime aberto baseia-se na autodisciplina e senso de responsabilidade do condenado.

§ 1º - O condenado deverá, fora do estabelecimento e sem vigilância, trabalhar, freqüentar curso ou exercer outra atividade autorizada, permanecendo recolhido durante o período noturno e nos dias de folga.

§ 2º - O condenado será transferido do regime aberto, se praticar fato definido como crime doloso, se frustrar os fins da execução ou se, podendo, não pagar a multa cumulativamente aplicada.

### **Regime especial**

**Art. 37** - As mulheres cumprem pena em estabelecimento próprio, observando-se os deveres e direitos inerentes à sua condição pessoal, bem como, no que couber, o disposto neste Capítulo.

### **Direitos do preso**

**Art. 38** - O preso conserva todos os direitos não atingidos pela perda da liberdade, impondo-se a todas as autoridades o respeito à sua integridade física e moral.

## **Trabalho do preso**

**Art. 39** - O trabalho do preso será sempre remunerado, sendo-lhe garantidos os benefícios da Previdência Social.

## **Legislação especial**

**Art. 40** - A legislação especial regulará a matéria prevista nos **arts. 38 e 39** deste Código, bem como especificará os deveres e direitos do preso, os critérios para revogação e transferência dos regimes e estabelecerá as infrações disciplinares e correspondentes sanções.

## **Superveniência de doença mental**

**Art. 41** - O condenado a quem sobrevém doença mental deve ser recolhido a hospital de custódia e tratamento psiquiátrico ou, à falta, a outro estabelecimento adequado.

## **Detração**

**Art. 42** - Computam-se, na pena privativa de liberdade e na medida de segurança, o tempo de prisão provisória, no Brasil ou no estrangeiro, o de prisão administrativa e o de internação em qualquer dos estabelecimentos referidos no **artigo anterior**.

## **SEÇÃO II DAS PENAS RESTRITIVAS DE DIREITOS**

### **Penas restritivas de direitos**

**Art. 43<sup>1</sup>** - As penas restritivas de direitos são:

- I - prestação pecuniária;
- II - perda de bens e valores;
- III - (VETADO)
- IV - prestação de serviços à comunidade ou a entidades públicas;
- V - interdição temporária de direitos;
- VI - limitação de fim de semana.

**Art. 44<sup>2</sup>**- As penas restritivas de direitos são autônomas e substituem as privativas de liberdade, quando:

- I - aplicada pena privativa de liberdade não superior a quatro anos e o crime não for cometido com violência ou grave ameaça à pessoa ou, qualquer que seja a pena aplicada, se o crime for culposos;
- II - o réu não for reincidente em crime doloso;
- III - a culpabilidade, os antecedentes, a conduta social e a personalidade do condenado, bem como os motivos e as circunstâncias indicarem que essa substituição seja suficiente.

**§ 1º** - (VETADO)

**§ 2º** - Na condenação igual ou inferior a um ano, a substituição pode ser feita por multa ou por uma pena restritiva de direitos; se superior a um ano, a pena privativa de liberdade pode ser substituída por uma pena restritiva de direitos e multa ou por duas restritivas de direito.

**§ 3º** - Se o condenado for reincidente, o juiz poderá aplicar a substituição, desde que, em face de condenação anterior, a medida seja socialmente recomendável e a reincidência não se tenha operado em virtude da prática do mesmo crime.

**§ 4º** - A pena restritiva de direitos converte-se em privativa de liberdade quando ocorrer o descumprimento injustificado da restrição imposta. No cálculo da pena privativa de liberdade a executar, será deduzido o tempo cumprido da pena restritiva de direitos, respeitando o saldo mínimo de trinta dias de detenção ou reclusão.

**§ 5º** - Sobrevindo condenação a pena privativa de liberdade, por outro crime, o juiz da execução penal decidirá sobre a conversão, podendo deixar de aplicá-la se for possível ao condenado cumprir a pena substitutiva anterior.

### **Conversão das penas restritivas de direitos**

**Art. 45<sup>3</sup>** - Na aplicação da substituição prevista no artigo anterior, proceder-se-á na forma deste e dos arts. 46, 47 e 48.

**§ 1º** - A prestação pecuniária consiste no pagamento em dinheiro à vítima, a seus dependentes ou a entidade pública ou privada com destinação social, de importância fixada pelo juiz, não inferior a 1 (um) salário mínimo nem superior a 360 (trezentos e sessenta) salários mínimos. O valor pago será deduzido do montante de eventual condenação em ação de reparação civil, se coincidentes os beneficiários.

**§ 2º** - No caso do parágrafo anterior, se houver aceitação do beneficiário, a prestação pecuniária pode consistir em prestação de outra natureza.

**§ 3º** - A perda de bens e valores pertencentes aos condenados dar-se-á, ressalvada a legislação especial, em favor do Fundo Penitenciário Nacional, e seu valor terá como teto — o que for maior — o montante do prejuízo causado ou do provento obtido pelo agente ou por terceiro, em consequência da prática do crime.

**§ 4º** - (VETADO)

### **Prestação de serviços à comunidade**

**Art. 46<sup>4</sup>** - A prestação de serviços à comunidade ou a entidades públicas é aplicável às condenações superiores a seis meses de privação da liberdade.

**§ 1º** - A prestação de serviços à comunidade ou a entidades públicas consiste na atribuição de tarefas gratuitas ao condenado.

**§ 2º** - A prestação de serviço à comunidade dar-se-á em entidades assistenciais, hospitais, escolas, orfanatos e outros estabelecimentos congêneres, em programas comunitários ou estatais.

**§ 3º** - As tarefas a que se refere o §1º serão atribuídas conforme as aptidões do condenado, devendo ser cumpridas à razão de uma hora de tarefa por dia de condenação, fixadas de modo a não prejudicar a jornada normal de trabalho.

**§ 4º** - Se a pena substituída for superior a um ano, é facultado ao condenado cumprir a pena substitutiva em menor tempo (art. 55), nunca inferior à metade da pena privativa de liberdade fixada.

### **Interdição temporária de direitos**

**Art. 47<sup>5</sup>** - As penas de interdição temporária de direitos são:

- I - proibição do exercício de cargo, função ou atividade pública, bem como de mandato eletivo;
- II - proibição do exercício de profissão, atividade ou ofício que dependam de habilitação especial, de licença ou autorização do poder público;
- III - suspensão de autorização ou de habilitação para dirigir veículo;
- IV - proibição de freqüentar determinados lugares.

### **Limitação de fim de semana**

**Art. 48** - A limitação de fim de semana consiste na obrigação de permanecer, aos sábados e domingos, por 5 (cinco) horas diárias, em casa de albergado ou outro estabelecimento adequado.

**Parágrafo único** - Durante a permanência poderão ser ministrados ao condenado cursos e palestras ou atribuídas atividades educativas.

## **SEÇÃO III DA PENA DE MULTA**

### **Multa**

**Art. 49** - A pena de multa consiste no pagamento ao fundo penitenciário da quantia fixada na sentença e calculada em dias-multa. Será, no mínimo, de 10 (dez) e, no máximo, de 360 (trezentos e sessenta) dias-multa.

§ 1º - O valor do dia-multa será fixado pelo juiz não podendo ser inferior a um trigésimo do maior salário mínimo mensal vigente ao tempo do fato, nem superior a 5 (cinco) vezes esse salário.

§ 2º - O valor da multa será atualizado, quando da execução, pelos índices de correção monetária.

### **Pagamento da multa**

**Art. 50** - A multa deve ser paga dentro de 10 (dez) dias depois de transitada em julgado a sentença. A requerimento do condenado e conforme as circunstâncias, o juiz pode permitir que o pagamento se realize em parcelas mensais.

§ 1º - A cobrança da multa pode efetuar-se mediante desconto no vencimento ou salário do condenado quando:

- a) aplicada isoladamente;
- b) aplicada cumulativamente com pena restritiva de direitos;
- c) concedida a suspensão condicional da pena.

§ 2º - O desconto não deve incidir sobre os recursos indispensáveis ao sustento do condenado e de sua família.

### **Conversão da multa e revogação**

**Art. 51** - Transitada em julgado a sentença condenatória, a multa será considerada dívida de valor, aplicando-se-lhes as normas da legislação relativa à dívida ativa da Fazenda Pública, inclusive no que concerne às causas interruptivas e suspensivas da prescrição.

§ 1º - *(Revogado pela Lei n.º 9.268, de 01-04-1996).*

§ 2º - *(Revogado pela Lei n.º 9.268, de 01-04-1996).*

## **Suspensão da execução da multa**

**Art. 52** - É suspensa a execução da pena de multa, se sobrevém ao condenado doença mental.

## **CAPÍTULO II DA COMINAÇÃO DAS PENAS**

### **Penas privativas de liberdade**

**Art. 53** - As penas privativas de liberdade têm seus limites estabelecidos na sanção correspondente a cada tipo legal de crime.

### **Penas restritivas de direitos**

**Art. 54** - As penas restritivas de direitos são aplicáveis, independentemente de cominação na parte especial, em substituição à pena privativa de liberdade, fixada em quantidade inferior a 1 (um) ano, ou nos crimes culposos.

**Art. 55<sup>6</sup>** - As penas restritivas de direitos referidas nos incisos III, IV, V e VI do art. 43 terão a mesma duração da pena privativa de liberdade substituída, ressalvado o disposto no § 4º do art. 46.

**Art. 56** - As penas de interdição, previstas nos **incisos I e II do art. 47** deste Código, aplicam-se para todo o crime cometido no exercício de profissão, atividade, ofício, cargo ou função, sempre que houver violação dos deveres que lhes são inerentes.

**Art. 57** - A pena de interdição, prevista no **inciso III do art. 47** deste Código, aplica-se aos crimes culposos de trânsito.

### **Pena de multa**

**Art. 58** - A multa, prevista em cada tipo legal de crime, tem os limites fixados no **art. 49 e seus parágrafos** deste Código.

**Parágrafo único** - A multa prevista no **parágrafo único do art. 44** e no **§ 2º do art. 60** deste Código aplica-se independentemente de cominação na parte especial.

## **CAPÍTULO III DA APLICAÇÃO DA PENA**

### **Fixação da pena**

**Art. 59** - O juiz, atendendo à culpabilidade, aos antecedentes, à conduta social, à personalidade do agente, aos motivos, às circunstâncias e conseqüências do crime, bem como ao comportamento da vítima, estabelecerá, conforme seja necessário e suficiente para reprovação e prevenção do crime:

I - as penas aplicáveis dentre as cominadas;

II - a quantidade de pena aplicável, dentro dos limites previstos;

III - o regime inicial de cumprimento da pena privativa de liberdade;

IV - a substituição da pena privativa da liberdade aplicada, por outra espécie de pena, se cabível.

### **Critérios especiais da pena de multa**

**Art. 60** - Na fixação da pena de multa o juiz deve atender, principalmente, à situação econômica do réu.

**§ 1º** - A multa pode ser aumentada até o triplo, se o juiz considerar que, em virtude da situação econômica do réu, é ineficaz, embora aplicada no máximo.

### **Multa substitutiva**

**§ 2º** - A pena privativa de liberdade aplicada, não superior a 6 (seis) meses, pode ser substituída pela de multa, observados os critérios dos **incisos II e III do art. 44** deste Código.

### **Circunstâncias agravantes**

**Art. 61** - São circunstâncias que sempre agravam a pena, quando não constituem ou qualificam o crime:

**I** - a reincidência;

**II** - ter o agente cometido o crime:

**a)** por motivo fútil ou torpe;

**b)** para facilitar ou assegurar a execução, a ocultação, a impunidade ou vantagem de outro crime;

**c)** à traição, de emboscada, ou mediante dissimulação, ou outro recurso que dificultou ou tornou impossível a defesa do ofendido;

**d)** com emprego de veneno, fogo, explosivo, tortura ou outro meio insidioso ou cruel, ou de que podia resultar perigo comum;

**e)** contra ascendente, descendente, irmão ou cônjuge;

**f)** com abuso de autoridade ou prevalecendo-se de relações domésticas, de coabitação ou de hospitalidade;

**g)** com abuso de poder ou violação de dever inerente a cargo, ofício, ministério ou profissão;

**h)** contra criança, velho, enfermo ou mulher grávida;

**i)** quando o ofendido estava sob a imediata proteção da autoridade;

**j)** em ocasião de incêndio, naufrágio, inundação ou qualquer calamidade pública, ou de desgraça particular do ofendido;

**l)** em estado de embriaguez preordenada.

### **Agravantes no caso de concurso de pessoas**

**Art. 62** - A pena será ainda agravada em relação ao agente que:

**I** - promove, ou organiza a cooperação no crime ou dirige a atividade dos demais agentes;

**II** - coage ou induz outrem à execução material do crime;

**III** - instiga ou determina a cometer o crime alguém sujeito à sua autoridade ou não-punível em virtude de condição ou qualidade pessoal;

**IV** - executa o crime, ou nele participa, mediante paga ou promessa de recompensa.

### **Reincidência**

**Art. 63** - Verifica-se a reincidência quando o agente comete novo crime, depois de transitar em julgado a sentença que, no País ou no estrangeiro, o tenha condenado por crime anterior.

**Art. 64** - Para efeito de reincidência:

I - não prevalece a condenação anterior, se entre a data do cumprimento ou extinção da pena e a infração posterior tiver decorrido período de tempo superior a 5 (cinco) anos, computado o período de prova da suspensão ou do livramento condicional, se não ocorrer revogação;

II - não se consideram os crimes militares próprios e políticos.

### **Circunstâncias atenuantes**

**Art. 65** - São circunstâncias que sempre atenuam a pena:

I - ser o agente menor de 21 (vinte e um), na data do fato, ou maior de 70 (setenta) anos, na data da sentença;

II - o desconhecimento da lei;

III - ter o agente:

a) cometido o crime por motivo de relevante valor social ou moral;

b) procurado, por sua espontânea vontade e com eficiência, logo após o crime, evitar-lhe ou minorar-lhe as conseqüências, ou ter, antes do julgamento, reparado o dano;

c) cometido o crime sob coação a que podia resistir, ou em cumprimento de ordem de autoridade superior, ou sob a influência de violenta emoção, provocada por ato injusto da vítima;

d) confessado espontaneamente, perante a autoridade, a autoria do crime;

e) cometido o crime sob a influência de multidão em tumulto, se não o provocou.

**Art. 66** - A pena poderá ser ainda atenuada em razão de circunstância relevante, anterior ou posterior ao crime, embora não prevista expressamente em lei.

### **Concurso de circunstâncias agravantes e atenuantes**

**Art. 67** - No concurso de agravantes e atenuantes, a pena deve aproximar-se do limite indicado pelas circunstâncias preponderantes, entendendo-se como tais as que resultam dos motivos determinantes do crime, da personalidade do agente e da reincidência.

### **Cálculo da pena**

**Art. 68** - A pena-base será fixada atendendo-se ao critério do **art. 59** deste Código; em seguida serão consideradas as circunstâncias atenuantes e agravantes; por último, as causas de diminuição e de aumento.

**Parágrafo único** - No concurso de causas de aumento ou de diminuição previstas na parte especial, pode o juiz limitar-se a um só aumento ou a uma só diminuição, prevalecendo, todavia, a causa que mais aumente ou diminua.

### **Concurso material**

**Art. 69** - Quando o agente, mediante mais de uma ação ou omissão, pratica dois ou mais crimes, idênticos ou não, aplicam-se cumulativamente as penas privativas de liberdade em que haja incorrido. No caso de aplicação cumulativa de penas de reclusão e de detenção, executa-se primeiro aquela.

**§ 1º** - Na hipótese deste artigo, quando ao agente tiver sido aplicada pena privativa de liberdade, não suspensa, por um dos crimes, para os demais será incabível a substituição de que trata o **art. 44** deste Código.

**§ 2º** - Quando forem aplicadas penas restritivas de direitos, o condenado cumprirá simultaneamente as que forem compatíveis entre si e sucessivamente as demais.

### **Concurso formal**

**Art. 70** - Quando o agente, mediante uma só ação ou omissão, pratica dois ou mais crimes, idênticos ou não, aplica-se-lhe a mais grave das penas cabíveis ou, se iguais, somente uma delas, mas aumentada, em qualquer caso, de um sexto até metade. As penas aplicam-se, entretanto, cumulativamente, se a ação ou omissão é dolosa e os crimes concorrentes resultam de desígnios autônomos, consoante o disposto no **artigo anterior**.

**Parágrafo único** - Não poderá a pena exceder a que seria cabível pela regra do **art. 69** deste Código.

### **Crime continuado**

**Art. 71** - Quando o agente, mediante mais de uma ação ou omissão, pratica dois ou mais crimes da mesma espécie e, pelas condições de tempo, lugar, maneira de execução e outras semelhantes, devem os subsequentes ser havidos como continuação do primeiro, aplica-se-lhe a pena de um só dos crimes, se idênticas, ou a mais grave, se diversas, aumentada, em qualquer caso, de um sexto a dois terços.

**Parágrafo único** - Nos crimes dolosos, contra vítimas diferentes, cometidos com violência ou grave ameaça à pessoa, poderá o juiz, considerando a culpabilidade, os antecedentes, a conduta social e a personalidade do agente, bem como os motivos e as circunstâncias, aumentar a pena de um só dos crimes, se idênticas, ou a mais grave, se diversas, até o triplo, observadas as regras do **parágrafo único do art. 70** e do **art. 75** deste Código.

### **Multas no concurso de crimes**

**Art. 72** - No concurso de crimes, as penas de multa são aplicadas distinta e integralmente.

### **Erro na execução**

**Art. 73** - Quando, por acidente ou erro no uso dos meios de execução, o agente, ao invés de atingir a pessoa que pretendia ofender, atinge pessoa diversa, responde como se tivesse praticado o crime contra aquela, atendendo-se ao disposto no **§ 3º do art. 20** deste Código. No caso de ser também atingida a pessoa que o agente pretendia ofender, aplica-se a regra do **art. 70** deste Código.

### **Resultado diverso do pretendido**

**Art. 74** - Fora dos casos do **artigo anterior**, quando, por acidente ou erro na execução do crime, sobrevém resultado diverso do pretendido, o agente responde por culpa, se o fato é previsto como crime culposos; se ocorre também o resultado pretendido, aplica-se a regra do **art. 70** deste Código.

### **Limite das penas**

**Art. 75** - O tempo de cumprimento das penas privativas de liberdade não pode ser superior a 30 (trinta) anos.

**§ 1º** - Quando o agente for condenado a penas privativas de liberdade cuja soma seja superior a 30 (trinta) anos, devem elas ser unificadas para atender ao limite máximo deste artigo.

**§ 2º** - Sobrevindo condenação por fato posterior ao início do cumprimento da pena, far-se-á nova unificação, desprezando-se, para esse fim, o período de pena já cumprido.



## Concurso de infrações

**Art. 76** - No concurso de infrações, executar-se-á primeiramente a pena mais grave.

## **CAPÍTULO IV DA SUSPENSÃO CONDICIONAL DA PENA**

### Requisitos da suspensão da pena

**Art. 77** - A execução da pena privativa de liberdade, não superior a 2 (dois) anos, poderá ser suspensa, por 2 (dois) a 4 (quatro) anos, desde que:

I - o condenado não seja reincidente em crime doloso;

II - a culpabilidade, os antecedentes, a conduta social e personalidade do agente, bem como os motivos e as circunstâncias autorizem a concessão do benefício;

III - Não seja indicada ou cabível a substituição prevista no **art. 44** deste Código.

**§ 1º** - A condenação anterior a pena de multa não impede a concessão do benefício.

**§ 2º** - A execução da pena privativa de liberdade, não superior a quatro anos, poderá ser suspensa, por quatro a seis anos, desde que o condenado seja maior de setenta anos de idade, ou razões de saúde justifiquem a suspensão.

**Art. 78** - Durante o prazo da suspensão, o condenado ficará sujeito à observação e ao cumprimento das condições estabelecidas pelo juiz.

**§ 1º** - No primeiro ano do prazo, deverá o condenado prestar serviços à comunidade (**art. 46**) ou submeter-se à limitação de fim de semana (**art. 48**).

**§ 2º** - Se o condenado houver reparado o dano, salvo impossibilidade de fazê-lo, e se as circunstâncias do **art. 59** deste Código lhe forem inteiramente favoráveis, o juiz poderá substituir a exigência do **parágrafo anterior** pelas seguintes condições, aplicadas cumulativamente:

a) proibição de freqüentar determinados lugares;

b) proibição de ausentar-se da comarca onde reside, sem autorização do juiz;

c) comparecimento pessoal e obrigatório a juízo, mensalmente, para informar e justificar suas atividades.

**Art. 79** - A sentença poderá especificar outras condições a que fica subordinada a suspensão, desde que adequadas ao fato e à situação pessoal do condenado.

**Art. 80** - A suspensão não se estende às penas restritivas de direitos nem à multa.

### Revogação obrigatória

**Art. 81** - A suspensão será revogada se, no curso do prazo, o beneficiário:

I - é condenado, em sentença irrecorrível, por crime doloso;

II - frustra, embora solvente, a execução de pena de multa ou não efetua, sem motivo justificado, a reparação do dano;

III - descumpra a condição do **§ 1º do art. 78** deste Código.

### Revogação facultativa

§ 1º - A suspensão poderá ser revogada se o condenado descumpra qualquer outra condição imposta ou é irrecorrivelmente condenado, por crime culposo ou por contravenção, a pena privativa de liberdade ou restritiva de direitos.

### **Prorrogação do período de prova**

§ 2º - Se o beneficiário está sendo processado por outro crime ou contravenção, considera-se prorrogado o prazo da suspensão até o julgamento definitivo.

§ 3º - Quando facultativa a revogação, o juiz pode, ao invés de decretá-la, prorrogar o período de prova até o máximo, se este não foi o fixado.

### **Cumprimento das condições**

**Art. 82** - Expirado o prazo sem que tenha havido revogação, considera-se extinta a pena privativa de liberdade.

## **CAPÍTULO V DO LIVRAMENTO CONDICIONAL**

### **Requisitos do livramento condicional**

**Art. 83** - O juiz poderá conceder livramento condicional ao condenado a pena privativa de liberdade igual ou superior a 2 (dois) anos, desde que:

I - cumprida mais de um terço da pena se o condenado não for reincidente em crime doloso e tiver bons antecedentes;

II - cumprida mais da metade se o condenado for reincidente em crime doloso;

III - comprovado comportamento satisfatório durante a execução da pena, bom desempenho no trabalho que lhe foi atribuído e aptidão para prover à própria subsistência mediante trabalho honesto;

IV - tenha reparado, salvo efetiva impossibilidade de fazê-lo, o dano causado pela infração;

V - cumprido mais de dois terços da pena, nos casos de condenação por crime hediondo, prática da tortura, tráfico ilícito de entorpecentes e drogas afins, e terrorismo, se o apenado não for reincidente específico em crimes dessa natureza.

**Parágrafo único** - Para o condenado por crime doloso, cometido com violência ou grave ameaça à pessoa, a concessão do livramento ficará também subordinada à constatação de condições pessoais que façam presumir que o liberado não voltará a delinquir.

### **Soma de penas**

**Art. 84** - As penas que correspondem a infrações diversas devem somar-se para efeito do livramento.

### **Especificações das condições**

**Art. 85** - A sentença especificará as condições a que fica subordinado o livramento.

### **Revogação do livramento**

**Art. 86** - Revoga-se o livramento, se o liberado vem a ser condenado a pena privativa de liberdade, em sentença irrecorrível:

- I - por crime cometido durante a vigência do benefício;
- II - por crime anterior, observado o disposto no **art. 84** deste Código.

### **Revogação facultativa**

**Art. 87** - O juiz poderá, também, revogar o livramento, se o liberado deixar de cumprir qualquer das obrigações constantes da sentença, ou for irrecorrivelmente condenado, por crime ou contravenção, a pena que não seja privativa de liberdade.

### **Efeitos da revogação**

**Art. 88** - Revogado o livramento, não poderá ser novamente concedido, e, salvo quando a revogação resulta de condenação por outro crime anterior àquele benefício, não se desconta na pena o tempo em que esteve solto o condenado.

### **Extinção**

**Art. 89** - O juiz não poderá declarar extinta a pena, enquanto não passar em julgado a sentença em processo a que responde o liberado, por crime cometido na vigência do livramento.

**Art. 90** - Se até o seu término o livramento não é revogado, considera-se extinta a pena privativa de liberdade.

## **CAPÍTULO VI DOS EFEITOS DA CONDENAÇÃO**

### **Efeitos genéricos e específicos**

**Art. 91** - São efeitos da condenação:

- I - tornar certa a obrigação de indenizar o dano causado pelo crime;
- II - a perda em favor da União, ressalvado o direito do lesado ou de terceiro de boa-fé:
  - a) dos instrumentos do crime, desde que consistam em coisas cujo fabrico, alienação, uso, porte ou detenção constitua fato ilícito;
  - b) do produto do crime ou de qualquer bem ou valor que constitua proveito auferido pelo agente com a prática do fato criminoso.

**Art. 92** - São também efeitos da condenação:

- I - a perda de cargo, função pública ou mandato eletivo:
  - a) quando aplicada pena privativa de liberdade por tempo igual ou superior a um ano, nos crimes praticados com abuso de poder ou violação de dever para com a Administração Pública;
  - b) quando for aplicada pena privativa de liberdade por tempo superior a 4 (quatro) anos nos demais casos.
- II - a incapacidade para o exercício do pátrio poder, tutela ou curatela, nos crimes dolosos, sujeitos à pena de reclusão, cometidos contra filho, tutelado ou curatelado;
- III - a inabilitação para dirigir veículo, quando utilizado como meio para a prática de crime doloso.

**Parágrafo único** - Os efeitos de que trata este artigo não são automáticos, devendo ser motivadamente declarados na sentença.

## **CAPÍTULO VII DA REABILITAÇÃO**

### **Reabilitação**

**Art. 93** - A reabilitação alcança quaisquer penas aplicadas em sentença definitiva, assegurando ao condenado o sigilo dos registros sobre o seu processo e condenação.

**Parágrafo único** - A reabilitação poderá, também, atingir os efeitos da condenação, previstos no **art. 92** deste Código, vedada reintegração na situação anterior, nos casos dos **incisos I e II do mesmo artigo**.

**Art. 94** - A reabilitação poderá ser requerida, decorridos 2 (dois) anos do dia em que for extinta, de qualquer modo, a pena ou terminar sua execução, computando-se o período de prova da suspensão e o do livramento condicional, se não sobrevier revogação, desde que o condenado:

- I** - tenha tido domicílio no País no prazo acima referido;
- II** - tenha dado, durante esse tempo, demonstração efetiva e constante de bom comportamento público e privado;
- III** - tenha ressarcido o dano causado pelo crime ou demonstre a absoluta impossibilidade de o fazer, até o dia do pedido, ou exiba documento que comprove a renúncia da vítima ou novação da dívida.

**Parágrafo único** - Negada a reabilitação, poderá ser requerida, a qualquer tempo, desde que o pedido seja instruído com novos elementos comprobatórios dos requisitos necessários.

**Art. 95** - A reabilitação será revogada, de ofício ou a requerimento do Ministério Público, se o reabilitado for condenado, como reincidente, por decisão definitiva, a pena que não seja de multa.

## **TÍTULO VI DAS MEDIDAS DE SEGURANÇA**

### **Espécies de medidas de segurança**

**Art. 96.** As medidas de segurança são:

- I** - Internação em hospital de custódia e tratamento psiquiátrico ou, à falta, em outro estabelecimento adequado;
- II** - sujeição a tratamento ambulatorial.

**Parágrafo único** - Extinta a punibilidade, não se impõe medida de segurança nem subsiste a que tenha sido imposta.

### **Imposição da medida de segurança para inimputável**

**Art. 97** - Se o agente for inimputável, o juiz determinará sua internação (**art. 26**). Se, todavia, o fato previsto como crime for punível com detenção, poderá o juiz submetê-lo a tratamento ambulatorial.

### **Prazo**

§ 1º - A internação, ou tratamento ambulatorial, será por tempo indeterminado, perdurando enquanto não for averiguada, mediante perícia médica, a cessação de periculosidade. O prazo mínimo deverá ser de 1 (um) a 3 (três) anos.

### **Perícia médica**

§ 2º - A perícia médica realizar-se-á ao termo do prazo mínimo fixado e deverá ser repetida de ano em ano, ou a qualquer tempo, se o determinar o juiz da execução.

### **Desinternação ou liberação condicional**

§ 3º - A desinternação, ou a liberação, será sempre condicional devendo ser restabelecida a situação anterior se o agente, antes do decurso de 1 (um) ano, pratica fato indicativo de persistência de sua periculosidade.

§ 4º - Em qualquer fase do tratamento ambulatorial, poderá o juiz determinar a internação do agente, se essa providência for necessária para fins curativos.

### **Substituição da pena por medida de segurança para o semi-imputável**

**Art. 98** - Na hipótese do **parágrafo único do art. 26** deste Código e necessitando o condenado de especial tratamento curativo, a pena privativa de liberdade pode ser substituída pela internação, ou tratamento ambulatorial, pelo prazo mínimo de 1 (um) a 3 (três) anos, nos termos do **artigo anterior** e respectivos **§§ 1º a 4º**.

### **Direitos do internado**

**Art. 99** - O internado será recolhido a estabelecimento dotado de características hospitalares e será submetido a tratamento.

## **TÍTULO VII DA AÇÃO PENAL**

### **Ação pública e de iniciativa privada**

**Art. 100** - A ação penal é pública, salvo quando a lei expressamente a declara privativa do ofendido.

§ 1º - A ação pública é promovida pelo Ministério Público, dependendo, quando a lei o exige, de representação do ofendido ou de requisição do Ministro da Justiça.

§ 2º - A ação de iniciativa privada é promovida mediante queixa do ofendido ou de quem tenha qualidade para representá-lo.

§ 3º - A ação de iniciativa privada pode intentar-se nos crimes de ação pública, se o Ministério Público não oferece denúncia no prazo legal.

§ 4º - No caso de morte do ofendido ou de ter sido declarado ausente por decisão judicial, o direito de oferecer queixa ou de prosseguir na ação passa ao cônjuge, ascendente, descendente ou irmão.

### **A ação penal no crime complexo**

**Art. 101** - Quando a lei considera como elemento ou circunstâncias do tipo legal fatos que, por si mesmos, constituem crimes, cabe ação pública em relação àquele, desde que, em relação a qualquer destes, se deva proceder por iniciativa do Ministério Público.

### **Irretratabilidade da representação**

**Art. 102** - A representação será irretratável depois de oferecida a denúncia.

### **Decadência do direito de queixa ou de representação**

**Art. 103** - Salvo disposição expressa em contrário, o ofendido decai do direito de queixa ou de representação se não o exerce dentro do prazo de 6 (seis) meses, contado do dia em que veio a saber quem é o autor do crime, ou, no caso do **§ 3º do art. 100** deste Código, do dia em que se esgota o prazo para oferecimento da denúncia.

### **Renúncia expressa ou tácita do direito de queixa**

**Art. 104** - O direito de queixa não pode ser exercido quando renunciado expressa ou tacitamente.

**Parágrafo único** - Importa renúncia tácita ao direito de queixa a prática de ato incompatível com a vontade de exercê-lo; não a implica, todavia, o fato de receber o ofendido a indenização do dano causado pelo crime.

### **Perdão do ofendido**

**Art. 105** - O perdão do ofendido, nos crimes em que somente se procede mediante queixa, obsta ao prosseguimento da ação.

**Art. 106** - O perdão, no processo ou fora dele, expresso ou tácito:

- I - se concedido a qualquer dos querelados, a todos aproveita;
- II - se concedido por um dos ofendidos, não prejudica o direito dos outros;
- III - se o querelado o recusa, não produz efeito.

**§ 1º** - Perdão tácito é o que resulta da prática de ato incompatível com a vontade de prosseguir na ação.

**§ 2º** - Não é admissível o perdão depois que passa em julgado a sentença condenatória.

## **TÍTULO VIII DA EXTINÇÃO DA PUNIBILIDADE**

### **Extinção da punibilidade**

**Art. 107** - Extingue-se a punibilidade:

- I - pela morte do agente;
- II - pela anistia, graça ou indulto;
- III - pela retroatividade de lei que não mais considera o fato como criminoso;
- IV - pela prescrição, decadência ou perempção;
- V - pela renúncia do direito de queixa ou pelo perdão aceito, nos crimes de ação privada;
- VI - pela retratação do agente, nos casos em que a lei a admite;

**VII** - pelo casamento do agente com a vítima, nos crimes contra os costumes, definidos nos **Capítulos I, II e III do Título VI da Parte Especial** deste Código;

**VIII** - pelo casamento da vítima com terceiro, nos crimes referidos no **inciso anterior**, se cometidos sem violência real ou grave ameaça e desde que a ofendida não requeira o prosseguimento do inquérito policial ou da ação penal no prazo de 60 (sessenta) dias a contar da celebração;

**IX** - pelo perdão judicial, nos casos previstos em lei.

**Art. 108** - A extinção da punibilidade de crime que é pressuposto, elemento constitutivo ou circunstância agravante de outro não se estende a este. Nos crimes conexos, a extinção da punibilidade de um deles não impede, quanto aos outros, a agravação da pena resultante da conexão.

### **Prescrição antes de transitar em julgado a sentença**

**Art. 109** - A prescrição, antes de transitar em julgado a sentença final, salvo o disposto nos **§§ 1º e 2º do art. 110** deste Código, regula-se pelo máximo da pena privativa de liberdade cominada ao crime, verificando-se:

**I** - em 20 (vinte) anos, se o máximo da pena é superior a 12 (doze);

**II** - em 16 (dezesesseis) anos, se o máximo da pena é superior a 8 (oito) anos e não excede a 12 (doze);

**III** - em 12 (doze) anos, se o máximo da pena é superior a 4 (quatro) anos e não excede a 8 (oito);

**IV** - em 8 (oito) anos, se o máximo da pena é superior a 2 (dois) anos e não excede a 4 (quatro);

**V** - em 4 (quatro) anos, se o máximo da pena é igual a 1 (um) ano ou, sendo superior, não excede a 2 (dois);

**VI** - em 2 (dois) anos, se o máximo da pena é inferior a 1 (um) ano.

### **Prescrição das penas restritivas de direito**

**Parágrafo único** - Aplicam-se às penas restritivas de direito os mesmos prazos previstos para as privativas de liberdade.

### **Prescrição depois de transitar em julgado sentença final condenatória**

**Art. 110** - A prescrição depois de transitar em julgado a sentença condenatória regula-se pela pena aplicada e verifica-se nos prazos fixados no **artigo anterior**, os quais se aumentam de um terço, se o condenado é reincidente.

**§ 1º** - A prescrição, depois da sentença condenatória com trânsito em julgado para a acusação, ou depois de improvido seu recurso, regula-se pela pena aplicada.

**§ 2º** - A prescrição, de que trata o **parágrafo anterior**, pode ter por termo inicial data anterior à do recebimento da denúncia ou da queixa.

### **Termo inicial da prescrição antes de transitar em julgado a sentença final**

**Art. 111** - A prescrição, antes de transitar em julgado a sentença final, começa a correr:

**I** - do dia em que o crime se consumou;

**II** - no caso de tentativa, do dia em que cessou a atividade criminosa;

**III** - nos crimes permanentes, do dia em que cessou a permanência;

**IV** - nos de bigamia e nos de falsificação ou alteração de assentamento do registro civil, da data em que o fato se tornou conhecido.

### **Termo inicial da prescrição após a sentença condenatória irrecorrível**

**Art. 112** - No caso do **art. 110** deste Código, a prescrição começa a correr:

- I** - do dia em que transita em julgado a sentença condenatória, para a acusação, ou a que revoga a suspensão condicional da pena ou o livramento condicional;
- II** - do dia em que se interrompe a execução, salvo quando o tempo da interrupção deva computar-se na pena.

### **Prescrição no caso de evasão do condenado ou de revogação do livramento condicional**

**Art. 113** - No caso de evadir-se o condenado ou de revogar-se o livramento condicional, a prescrição é regulada pelo tempo que resta da pena.

### **Prescrição da multa**

**Art. 114** - A prescrição da pena de multa ocorrerá:

- I** - em 2 (dois) anos, quando a multa for a única cominada ou aplicada;
- II** - no mesmo prazo estabelecido para prescrição da pena privativa de liberdade, quando a multa for alternativa ou cumulativamente cominada ou cumulativamente aplicada.

### **Redução dos prazos de prescrição**

**Art. 115** - São reduzidos de metade os prazos de prescrição quando o criminoso era, ao tempo do crime, menor de 21 (vinte e um) anos, ou, na data da sentença, maior de 70 (setenta) anos.

### **Causas impeditivas da prescrição**

**Art. 116** - Antes de passar em julgado a sentença final, a prescrição não corre:

- I** - enquanto não resolvida, em outro processo, questão de que dependa o reconhecimento da existência do crime;
- II** - enquanto o agente cumpre pena no estrangeiro.

**Parágrafo único** - Depois de passada em julgado a sentença condenatória, a prescrição não corre durante o tempo em que o condenado está preso por outro motivo.

### **Causas interruptivas da prescrição**

**Art. 117** - O curso da prescrição interrompe-se:

- I** - pelo recebimento da denúncia ou da queixa;
- II** - pela pronúncia;
- III** - pela decisão confirmatória da pronúncia;
- IV** - pela sentença condenatória recorrível;
- V** - pelo início ou continuação do cumprimento da pena;
- VI** - pela reincidência.

**§ 1º** - Excetuados os casos dos **incisos V e VI** deste artigo, a interrupção da prescrição produz efeitos relativamente a todos os autores do crime. Nos crimes conexos, que sejam objeto do mesmo processo, estende-se aos demais a interrupção relativa a qualquer deles.



§ 2º - Interrompida a prescrição, salvo a hipótese do **inciso V** deste artigo, todo o prazo começa a correr, novamente, do dia da interrupção.

**Art. 118** - As penas mais leves prescrevem com as mais graves.

**Art. 119** - No caso de concurso de crimes, a extinção da punibilidade incidirá sobre a pena de cada um, isoladamente.

### **Perdão judicial**

**Art. 120** - A sentença que conceder perdão judicial não será considerada para efeitos de reincidência.

## **PARTE ESPECIAL**

### **TÍTULO I DOS CRIMES CONTRA A PESSOA**

#### **CAPÍTULO I DOS CRIMES CONTRA A VIDA**

#### **Homicídio simples**

**Art. 121** - Matar alguém:

**Pena** - reclusão, de 6 (seis) a 20 (vinte) anos.

#### **Caso de diminuição de pena**

§ 1º - Se o agente comete o crime impelido por motivo de relevante valor social ou moral, ou sob o domínio de violenta emoção, logo em seguida a injusta provocação da vítima, o juiz pode reduzir a pena de um sexto a um terço.

#### **Homicídio qualificado**

§ 2º - Se o homicídio é cometido:

**I** - mediante paga ou promessa de recompensa, ou por outro motivo torpe;

**II** - por motivo fútil;

**III** - com emprego de veneno, fogo, explosivo, asfixia, tortura ou outro meio insidioso ou cruel, ou de que possa resultar perigo comum;

**IV** - à traição, de emboscada, ou mediante dissimulação ou outro recurso que dificulte ou torne impossível a defesa do ofendido;

**V** - para assegurar a execução, a ocultação, a impunidade ou vantagem de outro crime:

**Pena** - reclusão, de 12 (doze) a 30 (trinta) anos.

#### **Homicídio culposo**

§ 3º - Se o homicídio é culposo:

**Pena** - detenção, de 1 (um) a 3 (três) anos.

## **Aumento de pena**

§ 4º - No homicídio culposo, a pena é aumentada de um terço, se o crime resulta de inobservância de regra técnica de profissão, arte ou ofício, ou se o agente deixa de prestar imediato socorro à vítima, não procura diminuir as conseqüências do seu ato, ou foge para evitar prisão em flagrante. Sendo doloso o homicídio, a pena é aumentada de um terço, se o crime é praticado contra pessoa menor de 14 (catorze) anos.

§ 5º - Na hipótese de homicídio culposo, o juiz poderá deixar de aplicar a pena, se as conseqüências da infração atingirem o próprio agente de forma tão grave que a sanção penal se torne desnecessária.

## **Induzimento, instigação ou auxílio a suicídio**

**Art. 122** - Induzir ou instigar alguém a suicidar-se ou prestar-lhe auxílio para que o faça:

**Pena** - reclusão, de 2 (dois) a 6 (seis) anos, se o suicídio se consuma; ou reclusão, de 1 (um) a 3 (três) anos, se da tentativa de suicídio resulta lesão corporal de natureza grave.

**Parágrafo único** - A pena é duplicada:

## **Aumento de pena**

I - se o crime é praticado por motivo egoístico;

II - se a vítima é menor ou tem diminuída, por qualquer causa, a capacidade de resistência.

## **Infanticídio**

**Art. 123** - Matar, sob a influência do estado puerperal, o próprio filho, durante o parto ou logo após:

**Pena** - detenção, de 2 (dois) a 6 (seis) anos.

## **Aborto provocado pela gestante ou com seu consentimento**

**Art. 124** - Provocar aborto em si mesma ou consentir que outrem lho provoque:

**Pena** - detenção, de 1 (um) a 3 (três) anos.

## **Aborto provocado por terceiro**

**Art. 125** - Provocar aborto, sem o consentimento da gestante:

**Pena** - reclusão, de 3 (três) a 10 (dez) anos.

**Art. 126** - Provocar aborto com o consentimento da gestante:

**Pena** - reclusão, de 1 (um) a 4 (quatro) anos.

**Parágrafo único** - Aplica-se a pena do **artigo anterior**, se a gestante não é maior de 14 (quatorze) anos, ou é alienada ou débil mental, ou se o consentimento é obtido mediante fraude, grave ameaça ou violência.

## **Forma qualificada**

**Art. 127** - As penas cominadas **nos dois artigos anteriores** são aumentadas de um terço, se, em conseqüência do aborto ou dos meios empregados para provocá-lo, a gestante sofre lesão corporal de natureza grave; e são duplicadas, se, por qualquer dessas causas, lhe sobrevém a morte.

**Art. 128** - Não se pune o aborto praticado por médico:

### **Aborto necessário**

I - se não há outro meio de salvar a vida da gestante;

### **Aborto no caso de gravidez resultante de estupro**

II - se a gravidez resulta de estupro e o aborto é precedido de consentimento da gestante ou, quando incapaz, de seu representante legal.

## **CAPÍTULO II DAS LESÕES CORPORAIS**

### **Lesão corporal**

**Art. 129** - Ofender a integridade corporal ou a saúde de outrem:

**Pena** - detenção, de 3 (três) meses a 1 (um) ano.

### **Lesão corporal de natureza grave**

§ 1º - Se resulta:

I - incapacidade para as ocupações habituais, por mais de 30 (trinta) dias;

II - perigo de vida;

III - debilidade permanente de membro, sentido ou função;

IV - aceleração de parto;

**Pena** - reclusão, de 1 (um) a 5 (cinco) anos.

§ 2º - Se resulta:

I - incapacidade permanente para o trabalho;

II - enfermidade incurável;

III - perda ou inutilização de membro, sentido ou função;

IV - deformidade permanente;

V - aborto;

**Pena** - reclusão, de 2 (dois) a 8 (oito) anos.

### **Lesão corporal seguida de morte**

§ 3º - Se resulta morte e as circunstâncias evidenciam que o agente não quis o resultado, nem assumiu o risco de produzi-lo:

**Pena** - reclusão, de 4 (quatro) a 12 (doze) anos.

### **Diminuição de pena**

§ 4º - Se o agente comete o crime impelido por motivo de relevante valor social ou moral ou sob o domínio de violenta emoção, logo em seguida a injusta provocação da vítima, o juiz pode reduzir a pena de um sexto a um terço.

## **Substituição da pena**

§ 5º - O juiz, não sendo graves as lesões, pode ainda substituir a pena de detenção pela de multa:

I - se ocorre qualquer das hipóteses do **parágrafo anterior**;

II - se as lesões são recíprocas.

## **Lesão corporal culposa**

§ 6º - Se a lesão é culposa:

**Pena** - detenção, de 2 (dois) meses a 1 (um) ano.

## **Aumento de pena**

§ 7º - Aumenta-se a pena de um terço, se ocorrer qualquer das hipóteses do **art. 121, § 4º**.

§ 8º - Aplica-se à lesão culposa o disposto no **§ 5º do art. 121**.

## **CAPÍTULO III DA PERICLITAÇÃO DA VIDA E DA SAÚDE**

### **Perigo de contágio venéreo**

**Art. 130** - Expor alguém, por meio de relações sexuais ou qualquer ato libidinoso, a contágio de moléstia venérea, de que sabe ou deve saber que está contaminado:

**Pena** - detenção, de 3 (três) meses a 1 (um) ano, ou multa.

§ 1º - Se é intenção do agente transmitir a moléstia:

**Pena** - reclusão, de 1 (um) a 4 (quatro) anos, e multa.

§ 2º - Somente se procede mediante representação.

### **Perigo de contágio de moléstia grave**

**Art. 131** - Praticar, com o fim de transmitir a outrem moléstia grave de que está contaminado, ato capaz de produzir o contágio:

**Pena** - reclusão, de 1 (um) a 4 (quatro) anos, e multa.

### **Perigo para a vida ou saúde de outrem**

**Art. 132<sup>8</sup>** - Expor a vida ou a saúde de outrem a perigo direto e iminente:

**Pena** - detenção, de 3 (três) meses a 1 (um) ano, se o fato não constitui crime mais grave.

**Parágrafo único** - A pena é aumentada de um sexto a um terço se a exposição da vida ou da saúde de outrem a perigo decorre do transporte de pessoas para a prestação de serviços em estabelecimentos de qualquer natureza, em desacordo com as normas legais."

### **Abandono de incapaz**

**Art. 133** - Abandonar pessoa que está sob seu cuidado, guarda, vigilância ou autoridade, e, por qualquer motivo, incapaz de defender-se dos riscos resultantes do abandono:

**Pena** - detenção, de 6 (seis) meses a 3 (três) anos.

§ 1º - Se do abandono resulta lesão corporal de natureza grave:

**Pena** - reclusão, de 1 (um) a 5 (cinco) anos.

§ 2º - Se resulta a morte:

**Pena** - reclusão, de 4 (quatro) a 12 (doze) anos.

### **Aumento de pena**

§ 3º - As penas cominadas neste artigo aumentam-se de um terço:

I - se o abandono ocorre em lugar ermo;

II - se o agente é ascendente ou descendente, cônjuge, irmão, tutor ou curador da vítima.

### **Exposição ou abandono de recém-nascido**

**Art. 134** - Expor ou abandonar recém-nascido, para ocultar desonra própria:

**Pena** - detenção, de 6 (seis) meses a 2 (dois) anos.

§ 1º - Se do fato resulta lesão corporal de natureza grave:

**Pena** - detenção, de 1 (um) a 3 (três) anos.

§ 2º - Se resulta a morte:

**Pena** - detenção, de 2 (dois) a 6 (seis) anos.

### **Omissão de socorro**

**Art. 135** - Deixar de prestar assistência, quando possível fazê-lo sem risco pessoal, à criança abandonada ou extraviada, ou à pessoa inválida ou ferida, ao desamparo ou em grave e iminente perigo; ou não pedir, nesses casos, o socorro da autoridade pública:

**Pena** - detenção, de 1 (um) a 6 (seis) meses, ou multa.

**Parágrafo único** - A pena é aumentada de metade, se da omissão resulta lesão corporal de natureza grave, e triplicada, se resulta a morte.

### **Maus-tratos**

**Art. 136** - Expor a perigo a vida ou a saúde de pessoa sob sua autoridade, guarda ou vigilância, para fim de educação, ensino, tratamento ou custódia, quer privando-a de alimentação ou cuidados indispensáveis, quer sujeitando-a a trabalho excessivo ou inadequado, quer abusando de meios de correção ou disciplina:

**Pena** - detenção, de 2 (dois) meses a 1 (um) ano, ou multa.

§ 1º - Se do fato resulta lesão corporal de natureza grave:

**Pena** - reclusão, de 1 (um) a 4 (quatro) anos.

§ 2º - Se resulta a morte:

**Pena** - reclusão, de 4 (quatro) a 12 (doze) anos.

§ 3º - Aumenta-se a pena de um terço, se o crime é praticado contra pessoa menor de 14 (catorze) anos.

## **CAPÍTULO IV DA RIXA**

### **Rixa**

**Art. 137** - Participar de rixa, salvo para separar os contendores:

**Pena** - detenção, de 15 (quinze) dias a 2 (dois) meses, ou multa.

**Parágrafo único** - Se ocorre morte ou lesão corporal de natureza grave, aplica-se, pelo fato da participação na rixa, a pena de detenção, de 6 (seis) meses a 2 (dois) anos.

## **CAPÍTULO V DOS CRIMES CONTRA A HONRA**

### **Calúnia**

**Art. 138** - Caluniar alguém, imputando-lhe falsamente fato definido como crime:

**Pena** - detenção, de seis (seis) meses a 2 (dois) anos, e multa.

§ 1º - Na mesma pena incorre quem, sabendo falsa a imputação, a propala ou divulga.

§ 2º - É punível a calúnia contra os mortos.

### **Exceção da verdade**

§ 3º - Admite-se a prova da verdade, salvo:

I - se, constituindo o fato imputado crime de ação privada, o ofendido não foi condenado por sentença irrecorrível;

II - se o fato é imputado a qualquer das pessoas indicadas no nº I do art. 141;

III - se do crime imputado, embora de ação pública, o ofendido foi absolvido por sentença irrecorrível.

### **Difamação**

**Art. 139** - Difamar alguém, imputando-lhe fato ofensivo à sua reputação:

**Pena** - detenção, de 3 (três) meses a 1 (um) ano, e multa.

### **Exceção da verdade**

**Parágrafo único** - A exceção da verdade somente se admite se o ofendido é funcionário público e a ofensa é relativa ao exercício de suas funções.

### **Injúria**

**Art. 140** - Injuriar alguém, ofendendo-lhe a dignidade ou o decoro:

**Pena** - detenção, de 1 (um) a 6 (seis) meses, ou multa.

**§ 1º** - O juiz pode deixar de aplicar a pena:

**I** - quando o ofendido, de forma reprovável, provocou diretamente a injúria;

**II** - no caso de retorsão imediata, que consista em outra injúria.

**§ 2º** - Se a injúria consiste em violência ou vias de fato, que, por sua natureza ou pelo meio empregado, se considerem aviltantes:

**Pena** - detenção, de 3 (três) meses a 1 (um) ano, e multa, além da pena correspondente à violência.

**§ 3º** - Se a injúria consiste na utilização de elementos referentes a raça, cor, etnia, religião ou origem:

**Pena** - reclusão de um a três anos e multa.

**\* § 3º acrescentado pela Lei nº 9.459, de 13 de maio de 1997.**

## **Disposições comuns**

**Art. 141** - As penas cominadas neste Capítulo aumentam-se de um terço, se qualquer dos crimes é cometido:

**I** - contra o Presidente da República, ou contra chefe de governo estrangeiro;

**II** - contra funcionário público, em razão de suas funções;

**III** - na presença de várias pessoas, ou por meio que facilite a divulgação da calúnia, da difamação ou da injúria.

**Parágrafo único** - Se o crime é cometido mediante paga ou promessa de recompensa, aplica-se a pena em dobro.

## **Exclusão do crime**

**Art. 142** - Não constituem injúria ou difamação punível:

**I** - a ofensa irrogada em juízo, na discussão da causa, pela parte ou por seu procurador;

**II** - a opinião desfavorável da crítica literária, artística ou científica, salvo quando inequívoca a intenção de injuriar ou difamar;

**III** - o conceito desfavorável emitido por funcionário público, em apreciação ou informação que preste no cumprimento de dever do ofício.

**Parágrafo único** - Nos casos dos **ns. I e III**, responde pela injúria ou pela difamação quem lhe dá publicidade.

## **Retratação**

**Art. 143** - O querelado que, antes da sentença, se retrata cabalmente da calúnia ou da difamação, fica isento de pena.

**Art. 144** - Se, de referências, alusões ou frases, se infere calúnia, difamação ou injúria, quem se julga ofendido pode pedir explicações em juízo. Aquele que se recusa a dá-las ou, a critério do juiz, não as dá satisfatórias, responde pela ofensa.

**Art. 145** - Nos crimes previstos neste Capítulo somente se procede mediante queixa, salvo quando, no caso do **art. 140, § 2º**, da violência resulta lesão corporal.

**Parágrafo único** - Procede-se mediante requisição do Ministro da Justiça, no caso do **n.º I do art. 141**, e mediante representação do ofendido, no caso do **n.º II** do mesmo artigo.

## **CAPÍTULO VI** **DOS CRIMES CONTRA A LIBERDADE INDIVIDUAL**

### **SEÇÃO I** **DOS CRIMES CONTRA A LIBERDADE PESSOAL**

#### **Constrangimento ilegal**

**Art. 146** - Constranger alguém, mediante violência ou grave ameaça, ou depois de lhe haver reduzido, por qualquer outro meio, a capacidade de resistência, a não fazer o que a lei permite, ou a fazer o que ela não manda:

**Pena** - detenção, de 3 (três) meses a 1 (um) ano, ou multa.

#### **Aumento de pena**

§ 1º - As penas aplicam-se cumulativamente e em dobro, quando, para a execução do crime, se reúnem mais de três pessoas, ou há emprego de armas.

§ 2º - Além das penas cominadas, aplicam-se as correspondentes à violência.

§ 3º - Não se compreendem na disposição deste artigo:

I - a intervenção médica ou cirúrgica, sem o consentimento do paciente ou de seu representante legal, se justificada por iminente perigo de vida;

II - a coação exercida para impedir suicídio.

#### **Ameaça**

**Art. 147** - Ameaçar alguém, por palavra, escrito ou gesto, ou qualquer outro meio simbólico, de causar-lhe mal injusto e grave:

**Pena** - detenção, de 1 (um) a 6 (seis) meses, ou multa.

**Parágrafo único** - Somente se procede mediante representação.

#### **Seqüestro e cárcere privado**

**Art. 148** - Privar alguém de sua liberdade, mediante seqüestro ou cárcere privado:

**Pena** - reclusão, de 1 (um) a 3 (três) anos.

§ 1º - A pena é de reclusão, de 2 (dois) a 5 (cinco) anos:

I - se a vítima é ascendente, descendente ou cônjuge do agente;

II - se o crime é praticado mediante internação da vítima em casa de saúde ou hospital;

III - se a privação da liberdade dura mais de 15 (quinze) dias.

§ 2º - Se resulta à vítima, em razão de maus-tratos ou da natureza da detenção, grave sofrimento físico ou moral:

**Pena** - reclusão, de 2 (dois) a 8 (oito) anos.



## **Redução a condição análoga à de escravo**

**Art. 149** - Reduzir alguém a condição análoga à de escravo:

**Pena** - reclusão, de 2 (dois) a 8 (oito) anos.

## **SEÇÃO II DOS CRIMES CONTRA A INVOLABILIDADE DO DOMICÍLIO**

### **Violação de domicílio**

**Art. 150** - Entrar ou permanecer, clandestina ou astuciosamente, ou contra a vontade expressa ou tácita de quem de direito, em casa alheia ou em suas dependências:

**Pena** - detenção, de 1 (um) a 3 (três) meses, ou multa.

**§ 1º** - Se o crime é cometido durante a noite, ou em lugar ermo, ou com o emprego de violência ou de arma, ou por duas ou mais pessoas:

**Pena** - detenção, de 6 (seis) meses a 2 (dois) anos, além da pena correspondente à violência.

**§ 2º** - Aumenta-se a pena de um terço, se o fato é cometido por funcionário público, fora dos casos legais, ou com inobservância das formalidades estabelecidas em lei, ou com abuso do poder.

**§ 3º** - Não constitui crime a entrada ou permanência em casa alheia ou em suas dependências:

I - durante o dia, com observância das formalidades legais, para efetuar prisão ou outra diligência;

II - a qualquer hora do dia ou da noite, quando algum crime está sendo ali praticado ou na iminência de o ser.

**§ 4º** - A expressão "casa" compreende:

I - qualquer compartimento habitado;

II - aposento ocupado de habitação coletiva;

III - compartimento não aberto ao público, onde alguém exerce profissão ou atividade.

**§ 5º** - Não se compreendem na expressão "casa":

I - hospedaria, estalagem ou qualquer outra habitação coletiva, enquanto aberta, salvo a restrição do **n.º II do parágrafo anterior**;

II - taverna, casa de jogo e outras do mesmo gênero.

## **SEÇÃO III DOS CRIMES CONTRA A INVOLABILIDADE DE CORRESPONDÊNCIA**

### **Violação de correspondência**

**Art. 151** - Devassar indevidamente o conteúdo de correspondência fechada, dirigida a outrem:

**Pena** - detenção, de 1 (um) a 6 (seis) meses, ou multa.

## **Sonegação ou destruição de correspondência**

§ 1º - Na mesma pena incorre:

I - quem se apossa indevidamente de correspondência alheia, embora não fechada e, no todo ou em parte, a sonega ou destrói;

## **Violação de comunicação telegráfica, radioelétrica ou telefônica**

II - quem indevidamente divulga, transmite a outrem ou utiliza abusivamente comunicação telegráfica ou radioelétrica dirigida a terceiro, ou conversação telefônica entre outras pessoas;

III - quem impede a comunicação ou a conversação referidas no **número anterior**;

IV - quem instala ou utiliza estação ou aparelho radioelétrico, sem observância de disposição legal.

§ 2º - As penas aumentam-se de metade, se há dano para outrem.

§ 3º - Se o agente comete o crime, com abuso de função em serviço postal, telegráfico, radioelétrico ou telefônico:

**Pena** - detenção, de 1 (um) a 3 (três) anos.

§ 4º - Somente se procede mediante representação, salvo nos casos do § 1º, IV, e do § 3º.

## **Correspondência comercial**

**Art. 152** - Abusar da condição de sócio ou empregado de estabelecimento comercial ou industrial para, no todo ou em parte, desviar, sonegar, subtrair ou suprimir correspondência, ou revelar a estranho seu conteúdo:

**Pena** - detenção, de 3 (três) meses a 2 (dois) anos.

**Parágrafo único** - Somente se procede mediante representação.

## **SEÇÃO IV DOS CRIMES CONTRA A INVIOABILIDADE DOS SEGREDOS**

### **Divulgação de segredo**

**Art. 153** - Divulgar alguém, sem justa causa, conteúdo de documento particular ou de correspondência confidencial, de que é destinatário ou detentor, e cuja divulgação possa produzir dano a outrem:

**Pena** - detenção, de 1 (um) a 6 (seis) meses, ou multa.

**Parágrafo único** - Somente se procede mediante representação.

### **Violação do segredo profissional**

**Art. 154** - Revelar alguém, sem justa causa, segredo, de que tem ciência em razão de função, ministério, ofício ou profissão, e cuja revelação possa produzir dano a outrem:

**Pena** - detenção, de 3 (três) meses a 1 (um) ano, ou multa.

**Parágrafo único** - Somente se procede mediante representação.

## **TÍTULO II DOS CRIMES CONTRA O PATRIMÔNIO**

### **CAPÍTULO I DO FURTO**

#### **Furto**

**Art. 155** - Subtrair, para si ou para outrem, coisa alheia móvel:

**Pena** - reclusão, de 1 (um) a 4 (quatro) anos, e multa.

§ 1º - A pena aumenta-se de um terço, se o crime é praticado durante o repouso noturno.

§ 2º - Se o criminoso é primário, e é de pequeno valor a coisa furtada, o juiz pode substituir a pena de reclusão pela de detenção, diminuí-la de um a dois terços, ou aplicar somente a pena de multa.

§ 3º - Equipara-se à coisa móvel a energia elétrica ou qualquer outra que tenha valor econômico.

#### **Furto qualificado**

§ 4º - A pena é de reclusão de 2 (dois) a 8 (oito) anos, e multa, se o crime é cometido:

I - com destruição ou rompimento de obstáculo à subtração da coisa;

II - com abuso de confiança, ou mediante fraude, escalada ou destreza;

III - com emprego de chave falsa;

IV - mediante concurso de duas ou mais pessoas.

§ 5º - A pena é de reclusão de 3 (três) a 8 (oito) anos, se a subtração for de veículo automotor que venha a ser transportado para outro Estado ou para o exterior.

*\* § 5º acrescentado pela Lei nº 9.426, de 24 de dezembro de 1996.*

#### **Furto de coisa comum**

**Art. 156** - Subtrair o condômino, co-herdeiro ou sócio, para si ou para outrem, a quem legitimamente a detém, a coisa comum:

**Pena** - detenção, de 6 (seis) meses a 2 (dois) anos, ou multa.

§ 1º - Somente se procede mediante representação.

§ 2º - Não é punível a subtração de coisa comum fungível, cujo valor não excede a quota a que tem direito o agente.

### **CAPÍTULO II DO ROUBO E DA EXTORSÃO**

#### **Roubo**

**Art. 157** - Subtrair coisa móvel alheia, para si ou para outrem, mediante grave ameaça ou violência a pessoa, ou depois de havê-la, por qualquer meio, reduzido à impossibilidade de resistência:

**Pena** - reclusão, de 4 (quatro) a 10 (dez) anos, e multa.

§ 1º - Na mesma pena incorre quem, logo depois de subtraída a coisa, emprega violência contra pessoa ou grave ameaça, a fim de assegurar a impunidade do crime ou a detenção da coisa para si ou para terceiro.

§ 2º - A pena aumenta-se de um terço até metade:

I - se a violência ou ameaça é exercida com emprego de arma;

II - se há o concurso de duas ou mais pessoas;

III - se a vítima está em serviço de transporte de valores e o agente conhece tal circunstância.

IV - se a subtração for de veículo automotor que venha a ser transportado para outro Estado ou para o exterior;

*\* inciso IV acrescentado pela Lei nº 9.426, de 24 de dezembro de 1996.*

V - se o agente mantém a vítima em seu poder, restringindo sua liberdade.

*\* inciso V acrescentado pela Lei nº 9.426, de 24 de dezembro de 1996.*

§ 3º - Se da violência resulta lesão corporal grave, a pena é de reclusão, de 7 (sete) a 15 (quinze) anos, além da multa; se resulta morte, a reclusão é de 20 (vinte) a 30 (trinta) anos, sem prejuízo da multa.<sup>9</sup>

## **Extorsão**

**Art. 158** - Constranger alguém, mediante violência ou grave ameaça, e com o intuito de obter para si ou para outrem indevida vantagem econômica, a fazer, tolerar que se faça ou deixar fazer alguma coisa:

**Pena** - reclusão, de 4 (quatro) a 10 (dez) anos, e multa.

§ 1º - Se o crime é cometido por duas ou mais pessoas, ou com emprego de arma, aumenta-se a pena de um terço até metade.

§ 2º - Aplica-se à extorsão praticada mediante violência o disposto no § 3º do artigo anterior.

## **Extorsão mediante seqüestro**

**Art. 159** - Seqüestrar pessoa com o fim de obter, para si ou para outrem, qualquer vantagem, como condição ou preço do resgate:

**Pena** - reclusão, de 8 (oito) a 15 (quinze) anos.

§ 1º - Se o seqüestro dura mais de 24 (vinte e quatro) horas, se o seqüestrado é menor de 18 (dezoito) anos, ou se o crime é cometido por bando ou quadrilha:

**Pena** - reclusão, de 12 (doze) a 20 (vinte) anos.

§ 2º - Se do fato resulta lesão corporal de natureza grave:

**Pena** - reclusão, de 16 (dezesseis) a 24 (vinte e quatro) anos.

§ 3º - Se resulta a morte:

**Pena** - reclusão, de 24 (vinte e quatro) a 30 (trinta) anos.

§ 4º - Se o crime é cometido em concurso, o concorrente que o denunciar à autoridade, facilitando a libertação do seqüestrado, terá sua pena reduzida de um a dois terços.

### **Extorsão indireta**

**Art. 160** - Exigir ou receber, como garantia de dívida, abusando da situação de alguém, documento que pode dar causa a procedimento criminal contra a vítima ou contra terceiro:

**Pena** - reclusão, de 1 (um) a 3 (três) anos, e multa.

## **CAPÍTULO III DA USURPAÇÃO**

### **Alteração de limites**

**Art. 161** - Suprimir ou deslocar tapume, marco, ou qualquer outro sinal indicativo de linha divisória, para apropriar-se, no todo ou em parte, de coisa imóvel alheia:

**Pena** - detenção, de 1 (um) a 6 (seis) meses, e multa.

§ 1º - Na mesma pena incorre quem:

### **Usurpação de águas**

I - desvia ou represa, em proveito próprio ou de outrem, águas alheias;

### **Esbulho possessório**

II - invade, com violência a pessoa ou grave ameaça, ou mediante concurso de mais de duas pessoas, terreno ou edifício alheio, para o fim de esbulho possessório.

§ 2º - Se o agente usa de violência, incorre também na pena a esta cominada.

§ 3º - Se a propriedade é particular, e não há emprego de violência, somente se procede mediante queixa.

### **Supressão ou alteração de marca em animais**

**Art. 162** - Suprimir ou alterar, indevidamente, em gado ou rebanho alheio, marca ou sinal indicativo de propriedade:

**Pena** - detenção, de 6 (seis) meses a 3 (três) anos, e multa.

## **CAPÍTULO IV DO DANO**

### **Dano**

**Art. 163** - Destruir, inutilizar ou deteriorar coisa alheia:

**Pena** - detenção, de 1 (um) a 6 (seis) meses, ou multa.

### **Dano qualificado**

**Parágrafo único** - Se o crime é cometido:

**I** - com violência à pessoa ou grave ameaça;

**II** - com emprego de substância inflamável ou explosiva, se o fato não constitui crime mais grave;

**III** - contra o patrimônio da União, Estado, Município, empresa concessionária de serviços públicos ou sociedade de economia mista;

**IV** - por motivo egoístico ou com prejuízo considerável para a vítima:

**Pena** - detenção, de 6 (seis) meses a 3 (três) anos, e multa, além da pena correspondente à violência.

### **Introdução ou abandono de animais em propriedade alheia**

**Art. 164** - Introduzir ou deixar animais em propriedade alheia, sem consentimento de quem de direito, desde que o fato resulte prejuízo:

**Pena** - detenção, de 15 (quinze) dias a 6 (seis) meses, ou multa.

### **Dano em coisa de valor artístico, arqueológico ou histórico**

**Art. 165** - Destruir, inutilizar ou deteriorar coisa tombada pela autoridade competente em virtude de valor artístico, arqueológico ou histórico:

**Pena** - detenção, de 6 (seis) meses a 2 (dois) anos, e multa.

### **Alteração de local especialmente protegido**

**Art. 166** - Alterar, sem licença da autoridade competente, o aspecto de local especialmente protegido por lei:

**Pena** - detenção, de 1 (um) mês a 1 (um) ano, ou multa.

### **Ação penal**

**Art. 167** - Nos casos do **art. 163, do inciso IV do seu parágrafo** e do **art. 164**, somente se procede mediante queixa.

## **CAPÍTULO V DA APROPRIAÇÃO INDÉBITA**

### **Apropriação indébita**

**Art. 168** - Apropriar-se de coisa alheia móvel, de que tem a posse ou a detenção:

**Pena** - reclusão, de 1 (um) a 4 (quatro) anos, e multa.

### **Aumento de pena**

**§ 1º** - A pena é aumentada de um terço, quando o agente recebeu a coisa:

**I** - em depósito necessário;

**II** - na qualidade de tutor, curador, síndico, liquidatário, inventariante, testamenteiro ou depositário judicial;

III - em razão de ofício, emprego ou profissão.

### **Apropriação de coisa havida por erro, caso fortuito ou força da natureza**

**Art. 169** - Apropriar-se alguém de coisa alheia vinda ao seu poder por erro, caso fortuito ou força da natureza:

**Pena** - detenção, de 1 (um) mês a 1 (um) ano, ou multa.

**Parágrafo único** - Na mesma pena incorre:

### **Apropriação de tesouro**

I - quem acha tesouro em prédio alheio e se apropria, no todo ou em parte, da quota a que tem direito o proprietário do prédio;

### **Apropriação de coisa achada**

II - quem acha coisa alheia perdida e dela se apropria, total ou parcialmente, deixando de restituí-la ao dono ou legítimo possuidor ou de entregá-la à autoridade competente, dentro no prazo de 15 (quinze) dias.

**Art. 170** - Nos crimes previstos neste Capítulo, aplica-se o disposto no **art. 155, § 2º**.

## **CAPÍTULO VI DO ESTELIONATO E OUTRAS FRAUDES**

### **Estelionato**

**Art. 171** - Obter, para si ou para outrem, vantagem ilícita, em prejuízo alheio, induzindo ou mantendo alguém em erro, mediante artifício, ardil, ou qualquer outro meio fraudulento:

**Pena** - reclusão, de 1 (um) a 5 (cinco) anos, e multa.

**§ 1º** - Se o criminoso é primário, e é de pequeno valor o prejuízo, o juiz pode aplicar a pena conforme o disposto no **art. 155, § 2º**.

**§ 2º** - Nas mesmas penas incorre quem:

### **Disposição de coisa alheia como própria**

I - vende, permuta, dá em pagamento, em locação ou em garantia coisa alheia como própria;

### **Alienação ou oneração fraudulenta de coisa própria**

II - vende, permuta, dá em pagamento ou em garantia coisa própria inalienável, gravada de ônus ou litigiosa, ou imóvel que prometeu vender a terceiro, mediante pagamento em prestações, silenciando sobre qualquer dessas circunstâncias;

### **Defraudação de penhor**

III - defrauda, mediante alienação não consentida pelo credor ou por outro modo, a garantia pignoratícia, quando tem a posse do objeto empenhado;

### **Fraude na entrega de coisa**

**IV** - defrauda substância, qualidade ou quantidade de coisa que deve entregar a alguém;

### **Fraude para recebimento de indenização ou valor de seguro**

**V** - destrói, total ou parcialmente, ou oculta coisa própria, ou lesa o próprio corpo ou a saúde, ou agrava as conseqüências da lesão ou doença, com o intuito de haver indenização ou valor de seguro;

### **Fraude no pagamento por meio de cheque**

**VI** - emite cheque, sem suficiente provisão de fundos em poder do sacado, ou lhe frustra o pagamento.

**§ 3º** - A pena aumenta-se de um terço, se o crime é cometido em detrimento de entidade de direito público ou de instituto de economia popular, assistência social ou beneficência.

### **Duplicata simulada**

**Art. 172** - Emitir fatura, duplicata ou nota de venda que não corresponda à mercadoria vendida, em quantidade ou qualidade, ou ao serviço prestado.

**Pena** - detenção, de 2 (dois) a 4 (quatro) anos, e multa.

**Parágrafo único** - Nas mesmas penas incorrerá aquele que falsificar ou adulterar a escrituração do Livro de Registro de Duplicatas.

### **Abuso de incapazes**

**Art. 173** - Abusar, em proveito próprio ou alheio, de necessidade, paixão ou inexperiência de menor, ou da alienação ou debilidade mental de outrem, induzindo qualquer deles à prática de ato suscetível de produzir efeito jurídico, em prejuízo próprio ou de terceiro:

**Pena** - reclusão, de 2 (dois) a 6 (seis) anos, e multa.

### **Induzimento à especulação**

**Art. 174** - Abusar, em proveito próprio ou alheio, da inexperiência ou da simplicidade ou inferioridade mental de outrem, induzindo-o à prática de jogo ou aposta, ou à especulação com títulos ou mercadorias, sabendo ou devendo saber que a operação é ruínoza:

**Pena** - reclusão, de 1 (um) a 3 (três) anos, e multa.

### **Fraude no comércio**

**Art. 175** - Enganar, no exercício de atividade comercial, o adquirente ou consumidor:

**I** - vendendo, como verdadeira ou perfeita, mercadoria falsificada ou deteriorada;

**II** - entregando uma mercadoria por outra:

**Pena** - detenção, de 6 (seis) meses a 2 (dois) anos, ou multa.

**§ 1º** - Alterar em obra que lhe é encomendada a qualidade ou o peso de metal ou substituir, no mesmo caso, pedra verdadeira por falsa ou por outra de menor valor; vender pedra falsa por verdadeira; vender, como precioso, metal de ou outra qualidade:

**Pena** - reclusão, de 1 (um) a 5 (cinco) anos, e multa.

**§ 2º** - É aplicável o disposto no **art. 155, § 2º**.



## **Outras fraudes**

**Art. 176** - Tomar refeição em restaurante, alugar-se em hotel ou utilizar-se de meio de transporte sem dispor de recursos para efetuar o pagamento:

**Pena** - detenção, de 15 (quinze) dias a 2 (dois) meses, ou multa.

**Parágrafo único** - Somente se procede mediante representação, e o juiz pode, conforme as circunstâncias, deixar de aplicar a pena.

## **Fraudes e abusos na fundação ou administração de sociedade por ações**

**Art. 177** - Promover a fundação de sociedade por ações, fazendo, em prospecto ou em comunicação ao público ou à assembléia, afirmação falsa sobre a constituição da sociedade, ou ocultando fraudulentamente fato a ela relativo:

**Pena** - reclusão, de 1 (um) a 4 (quatro) anos, e multa, se o fato não constitui crime contra a economia popular.

**§ 1º** - Incorrem na mesma pena, se o fato não constitui crime contra a economia popular:

**I** - o diretor, o gerente ou o fiscal de sociedade por ações, que, em prospecto, relatório, parecer, balanço ou comunicação ao público ou à assembléia, faz afirmação falsa sobre as condições econômicas da sociedade, ou oculta fraudulentamente, no todo ou em parte, fato a elas relativo;

**II** - o diretor, o gerente ou o fiscal que promove, por qualquer artifício, falsa cotação das ações ou de outros títulos da sociedade;

**III** - o diretor ou o gerente que toma empréstimo à sociedade ou usa, em proveito próprio ou de terceiro, dos bens ou haveres sociais, sem prévia autorização da assembléia geral;

**IV** - o diretor ou o gerente que compra ou vende, por conta da sociedade, ações por ela emitidas, salvo quando a lei o permite;

**V** - o diretor ou o gerente que, como garantia de crédito social, aceita em penhor ou em caução ações da própria sociedade;

**VI** - o diretor ou o gerente que, na falta de balanço, em desacordo com este, ou mediante balanço falso, distribui lucros ou dividendos fictícios;

**VII** - o diretor, o gerente ou o fiscal que, por interposta pessoa, ou conluiado com acionista, consegue a aprovação de conta ou parecer;

**VIII** - o liquidante, nos casos dos **ns. I, II, III, IV, V e VII**;

**IX** - o representante da sociedade anônima estrangeira, autorizada a funcionar no País, que pratica os atos mencionados nos **ns. I e II**, ou dá falsa informação ao Governo.

**§ 2º** - Incorre na pena de detenção, de 6 (seis) meses a 2 (dois) anos, e multa, o acionista que, a fim de obter vantagem para si ou para outrem, negocia o voto nas deliberações de assembléia geral.

## **Emissão irregular de conhecimento de depósito ou "warrant"**

**Art. 178** - Emitir conhecimento de depósito ou *warrant*, em desacordo com disposição legal:

**Pena** - reclusão, de 1 (um) a 4 (quatro) anos, e multa.

## **Fraude à execução**

**Art. 179** - Fraudar execução, alienando, desviando, destruindo ou danificando bens, ou simulando dívidas:

**Pena** - detenção, de 6 (seis) meses a 2 (dois) anos, ou multa.

**Parágrafo único** - Somente se procede mediante queixa.

## **CAPÍTULO VII DA RECEPÇÃO**

### **Recepção**

**Art. 180<sup>10</sup>** - Adquirir, receber, transportar, conduzir ou ocultar, em proveito próprio ou alheio, coisa que sabe ser produto de crime, ou influir para que terceiro, de boa-fé, a adquira, receba ou oculte:

**Pena** - reclusão, de 1 (um) a 4 (quatro) anos, e multa.

### **Recepção qualificada**

**§ 1º** - Adquirir, receber, transportar, conduzir, ocultar, ter em depósito, desmontar, montar, remontar, vender, expor à venda, ou de qualquer forma utilizar, em proveito próprio ou alheio, no exercício de atividade comercial ou industrial, coisa que deve saber ser produto de crime:

**Pena** - reclusão, de 3 (três) a 8 (oito) anos, e multa.

**§ 2º** - Equipara-se à atividade comercial, para efeito do parágrafo anterior, qualquer forma de comércio irregular ou clandestino, inclusive o exercício em residência.

**§ 3º** - Adquirir ou receber coisa que, por sua natureza ou pela desproporção entre o valor e o preço, ou pela condição de quem a oferece, deve presumir-se obtida por meio criminoso:

**Pena** - detenção, de 1 (um) mês a 1 (um) ano, ou multa, ou ambas as penas.

**§ 4º** - A recepção é punível, ainda que desconhecido ou isento de pena o autor do crime de que proveio a coisa.

**§ 5º** - Na hipótese do **§ 3º**, se o criminoso é primário, pode o juiz, tendo em consideração as circunstâncias, deixar de aplicar a pena. Na recepção dolosa aplica-se o disposto no **§ 2º do art. 155**.

*\* § 5º acrescentado pela Lei nº 9.426, de 24 de dezembro de 1996.*

**§ 6º** - Tratando-se de bens e instalações do patrimônio da União, Estado, Município, empresa concessionária de serviços públicos ou sociedade de economia mista, a pena prevista no **caput** deste artigo aplica-se em dobro.

*\* § 6º acrescentado pela Lei nº 9.426, de 24 de dezembro de 1996.*

## **CAPÍTULO VIII DISPOSIÇÕES GERAIS**

**Art. 181** - É isento de pena quem comete qualquer dos crimes previstos neste título, em prejuízo:

I - do cônjuge, na constância da sociedade conjugal;

II - de ascendente ou descendente, seja o parentesco legítimo ou ilegítimo, seja civil ou natural.

**Art. 182** - Somente se procede mediante representação, se o crime previsto neste título é cometido em prejuízo:

- I - do cônjuge desquitado ou judicialmente separado;
- II - de irmão, legítimo ou ilegítimo;
- III - de tio ou sobrinho, com quem o agente coabita.

**Art. 183** - Não se aplica o disposto **nos dois artigos anteriores**:

- I - se o crime é de roubo ou de extorsão, ou, em geral, quando haja emprego de grave ameaça ou violência à pessoa;
- II - ao estranho que participa do crime.

## **TÍTULO III**

### **DOS CRIMES CONTRA A PROPRIEDADE IMATERIAL**

#### **CAPÍTULO I**

#### **DOS CRIMES CONTRA A PROPRIEDADE INTELECTUAL**

#### **Violação de direito autoral**

**Art. 184** - Violar direito autoral:

**Pena** - detenção, de 3 (três) meses a 1 (um) ano, ou multa.

**§ 1º** - Se a violação consistir em reprodução, por qualquer meio, com intuito de lucro, de obra intelectual, no todo ou em parte, sem a autorização expressa do autor ou de quem o represente, ou consistir na reprodução de fonograma ou videofonograma, sem autorização do produtor ou de quem o represente:

**Pena** - reclusão, de 1 (um) a 4 (quatro) anos, e multa, de Cr\$ 10.000,00 (dez mil cruzeiros) a Cr\$ 50.000,00 (cinquenta mil cruzeiros).

**§ 2º** - Na mesma pena do **parágrafo anterior** incorre quem vende, expõe à venda, aluga, introduz no País, adquire, oculta, empresta, troca ou tem em depósito, com intuito de lucro, original ou cópia de obra intelectual, fonograma ou videofonograma, produzidos ou reproduzidos com violação de direito autoral.

**§ 3º** - Em caso de condenação, ao prolatar a sentença, o juiz determinará a destruição da produção ou reprodução criminosas.

#### **Usurpação de nome ou pseudônimo alheio**

**Art. 185** - Atribuir falsamente a alguém, mediante o uso de nome, pseudônimo ou sinal por ele adotado para designar seus trabalhos, a autoria de obra literária, científica ou artística:

**Pena** - detenção, de 6 (seis) meses a 2 (dois) anos, e multa.

**Art. 186** - Nos crimes previstos neste Capítulo somente se procede mediante queixa, salvo quando praticados em prejuízo de entidade de direito público, autarquia, empresa pública, sociedade de economia mista ou fundação instituída pelo poder público, e nos casos previstos nos **§§ 1º e 2º do art. 184** desta Lei.

## **CAPÍTULO II DOS CRIMES CONTRA O PRIVILÉGIO DE INVENÇÃO**

### **Violação de privilégio de invenção**

Art. 187<sup>11</sup>- *(Revogado pelo art. 244 da Lei nº 9.279, de 14-05-96).*

### **Falsa atribuição de privilégio**

Art. 188<sup>12</sup>- *(Revogado pelo art. 244 da Lei nº 9.279, de 14-05-96).*

### **Usurpação ou indevida exploração de modelo ou desenho privilegiado**

Art. 189<sup>13</sup>- *(Revogado pelo art. 244 da Lei nº 9.279, de 14-05-96).*

### **Falsa declaração de depósito em modelo ou desenho**

Art. 190<sup>14</sup>- *(Revogado pelo art. 244 da Lei nº 9.279, de 14-05-96).*

Art. 191<sup>15</sup>- *(Revogado pelo art. 244 da Lei nº 9.279, de 14-05-96).*

## **CAPÍTULO III DOS CRIMES CONTRA AS MARCAS DE INDÚSTRIA E COMÉRCIO**

### **Violação do direito de marca**

Art. 192<sup>16</sup>- *(Revogado pelo art. 244 da Lei nº 9.279, de 14-05-96).*

### **Uso indevido de armas, brasões e distintivos públicos**

Art. 193<sup>17</sup>- *(Revogado pelo art. 244 da Lei nº 9.279, de 14-05-96).*

### **Marca com falsa indicação de procedência**

Art. 194<sup>18</sup>- *(Revogado pelo art. 244 da Lei nº 9.279, de 14-05-96).*

Art. 195<sup>19</sup>- *(Revogado pelo art. 244 da Lei nº 9.279, de 14-05-96).*

## **CAPÍTULO IV DOS CRIMES DE CONCORRÊNCIA DESLEAL**

### **Concorrência desleal**

Art. 196<sup>20</sup>- *(Revogado pelo art. 244 da Lei nº 9.279, de 14-05-96).*

## **TÍTULO IV DOS CRIMES CONTRA A ORGANIZAÇÃO DO TRABALHO**

### **Atentado contra a liberdade de trabalho**

**Art. 197** - Constranger alguém, mediante violência ou grave ameaça:

**I** - a exercer ou não exercer arte, ofício, profissão ou indústria, ou a trabalhar ou não trabalhar durante certo período ou em determinados dias:

**Pena** - detenção, de 1 (um) mês a 1 (um) ano, e multa, além da pena correspondente à violência;

**II** - a abrir ou fechar o seu estabelecimento de trabalho, ou a participar de greve ou paralisação de atividade econômica:

**Pena** - detenção, de 3 (três) meses a 1 (um) ano, e multa, além da pena correspondente à violência.

### **Atentado contra a liberdade de contrato de trabalho e boicotagem violenta**

**Art. 198** - Constranger alguém, mediante violência ou grave ameaça, a celebrar contrato de trabalho, ou a não fornecer a outrem ou não adquirir de outrem matéria-prima ou produto industrial ou agrícola:

**Pena** - detenção, de 1 (um) mês a 1 (um) ano, e multa, além da pena correspondente à violência.

### **Atentado contra a liberdade de associação**

**Art. 199** - Constranger alguém, mediante violência ou grave ameaça, a participar ou deixar de participar de determinado sindicato ou associação profissional:

**Pena** - detenção, de 1 (um) mês a 1 (um) ano, e multa, além da pena correspondente à violência.

### **Paralisação de trabalho, seguida de violência ou perturbação da ordem**

**Art. 200** - Participar de suspensão ou abandono coletivo de trabalho, praticando violência contra pessoa ou contra coisa:

**Pena** - detenção, de 1 (um) mês a 1 (um) ano, e multa, além da pena correspondente à violência.

**Parágrafo único** - Para que se considere coletivo o abandono de trabalho é indispensável o concurso de, pelo menos, três empregados.

### **Paralisação de trabalho de interesse coletivo**

**Art. 201** - Participar de suspensão ou abandono coletivo de trabalho, provocando a interrupção de obra pública ou serviço de interesse coletivo:

**Pena** - detenção, de 6 (seis) meses a 2 (dois) anos, e multa.

### **Invasão de estabelecimento industrial, comercial ou agrícola. Sabotagem**

**Art. 202** - Invadir ou ocupar estabelecimento industrial, comercial ou agrícola, com o intuito de impedir ou embaraçar o curso normal do trabalho, ou com o mesmo fim danificar o estabelecimento ou as coisas nele existentes ou delas dispor:

**Pena** - reclusão, de 1 (um) a 3 (três) anos, e multa.

### **Frustração de direito assegurado por lei trabalhista**

**Art. 203<sup>21</sup>** - Frustrar, mediante fraude ou violência, direito assegurado pela legislação do trabalho:

**Pena** - detenção, de 1 (um) ano a 2 (dois) anos, e multa, além da pena correspondente à violência.

**Parágrafo primeiro** - Na mesma pena incorre quem:

**I** - obriga ou coage alguém a usar mercadorias de determinado estabelecimento, para impossibilitar o desligamento do serviço em virtude de dívida;

**II** - impede de se desligar de serviços de qualquer natureza, mediante coação ou por meio da retenção de seus documentos pessoais ou contratuais.

**Parágrafo segundo** - A pena é aumentada de um sexto a um terço se a vítima é menor de dezoito anos, idosa, gestante, indígena ou portadora de deficiência física ou mental.

### **Frustração de lei sobre a nacionalização do trabalho**

**Art. 204** - Frustrar, mediante fraude ou violência, obrigação legal relativa à nacionalização do trabalho:

**Pena** - detenção, de 1 (um) mês a 1 (um) ano, e multa, além da pena correspondente à violência.

### **Exercício de atividade com infração de decisão administrativa**

**Art. 205** - Exercer atividade, de que está impedido por decisão administrativa:

**Pena** - detenção, de 3 (três) meses a 2 (dois) anos, ou multa.

### **Aliciamento para o fim de emigração**

**Art. 206** - Recrutar trabalhadores, mediante fraude, com o fim de levá-los para território estrangeiro.

**Pena** - detenção, de 1 (um) a 3 (três) anos e multa.

### **Aliciamento de trabalhadores de um local para outro do território nacional**

**Art. 207<sup>22</sup>** - Aliciar trabalhadores, com o fim de levá-los de uma para outra localidade do território nacional:

**Pena** - detenção de 1 (um) a 3 (três) anos, e multa.

**Parágrafo primeiro** - Incorre na mesma pena quem recrutar trabalhadores fora da localidade de execução do trabalho, dentro do território nacional, mediante fraude

ou cobrança de qualquer quantia do trabalhador, ou, ainda, não assegurar condições do seu retorno ao local de origem.

**Parágrafo segundo** - A pena é aumentada de um sexto a um terço se a vítima é menor de dezoito anos, idosa, gestante, indígena ou portadora de deficiência física ou mental.

## **TÍTULO V**

### **DOS CRIMES CONTRA O SENTIMENTO RELIGIOSO E CONTRA O RESPEITO AOS MORTOS**

#### **CAPÍTULO I**

#### **DOS CRIMES CONTRA O SENTIMENTO RELIGIOSO**

##### **Ultraje a culto e impedimento ou perturbação de ato a ele relativo**

**Art. 208** - Escarnecer de alguém publicamente, por motivo de crença ou função religiosa; impedir ou perturbar cerimônia ou prática de culto religioso; vilipendiar publicamente ato ou objeto de culto religioso:

**Pena** - detenção, de 1 (um) mês a 1 (um) ano, ou multa.

**Parágrafo único** - Se há emprego de violência, a pena é aumentada de um terço, sem prejuízo da correspondente à violência.

#### **CAPÍTULO II**

#### **DOS CRIMES CONTRA O RESPEITO AOS MORTOS**

##### **Impedimento ou perturbação de cerimônia funerária**

**Art. 209** - Impedir ou perturbar enterro ou cerimônia funerária:

**Pena** - detenção, de 1 (um) mês a 1 (um) ano, ou multa.

**Parágrafo único** - Se há emprego de violência, a pena é aumentada de um terço, sem prejuízo da correspondente à violência.

##### **Violação de sepultura**

**Art. 210** - Violar ou profanar sepultura ou urna funerária:

**Pena** - reclusão, de 1 (um) a 3 (três) anos, e multa.

##### **Destruição, subtração ou ocultação de cadáver**

**Art. 211** - Destruir, subtrair ou ocultar cadáver ou parte dele:

**Pena** - reclusão, de 1 (um) a 3 (três) anos, e multa.

##### **Vilipêndio a cadáver**

**Art. 212** - Vilipendiar cadáver ou suas cinzas:

**Pena** - detenção, de 1 (um) a 3 (três) anos, e multa.

## **TÍTULO VI DOS CRIMES CONTRA OS COSTUMES**

### **CAPÍTULO I DOS CRIMES CONTRA A LIBERDADE SEXUAL**

#### **Estupro**

**Art. 213** - Constranger mulher à conjunção carnal, mediante violência ou grave ameaça:

**Pena** - reclusão, de 6 (seis) a 10 (dez) anos.

**Parágrafo único** - *(Revogado pela Lei n.º 9.281, de 04-06-1996).*

#### **Atentado violento ao pudor**

**Art. 214** - Constranger alguém, mediante violência ou grave ameaça, a praticar ou permitir que com ele se pratique ato libidinoso diverso da conjunção carnal:

**Pena** - reclusão, de 6 (seis) a 10 (dez) anos.

**Parágrafo único** - *(Revogado pela Lei n.º 9.281, de 04-06-1996).*

#### **Posse sexual mediante fraude**

**Art. 215** - Ter conjunção carnal com mulher honesta, mediante fraude:

**Pena** - reclusão, de 1 (um) a 3 (três) anos.

**Parágrafo único** - Se o crime é praticado contra mulher virgem, menor de 18 (dezoito) e maior de 14 (catorze) anos:

**Pena** - reclusão, de 2 (dois) a 6 (seis) anos.

#### **Atentado ao pudor mediante fraude**

**Art. 216** - Induzir mulher honesta, mediante fraude, a praticar ou permitir que com ela se pratique ato libidinoso diverso da conjunção carnal:

**Pena** - reclusão, de 1 (um) a 2 (dois) anos.

**Parágrafo único** - Se a ofendida é menor de 18 (dezoito) e maior de 14 (catorze) anos:

**Pena** - reclusão, de 2 (dois) a 4 (quatro) anos.

### **CAPÍTULO II DA SEDUÇÃO E DA CORRUPÇÃO DE MENORES**

#### **Sedução**



**Art. 217** - Seduzir mulher virgem, menor de 18 (dezoito) anos e maior de 14 (catorze), e ter com ela conjunção carnal, aproveitando-se de sua inexperiência ou justificável confiança:

**Pena** - reclusão, de 2 (dois) a 4 (quatro) anos.

### **Corrupção de menores**

**Art. 218** - Corromper ou facilitar a corrupção de pessoa maior de 14 (catorze) e menor de 18 (dezoito) anos, com ela praticando ato de libidinagem, ou induzindo-a a praticá-lo ou presenciá-lo:

**Pena** - reclusão, de 1 (um) a 4 (quatro) anos.

## **CAPÍTULO III DO RAPTO**

### **Rapto violento ou mediante fraude**

**Art. 219** - Raptar mulher honesta, mediante violência, grave ameaça ou fraude, para fim libidinoso:

**Pena** - reclusão, de 2 (dois) a 4 (quatro) anos.

### **Rapto consensual**

**Art. 220** - Se a raptada é maior de 14 (catorze) anos e menor de 21 (vinte e um), e o rapto se dá com seu consentimento:

**Pena** - detenção, de 1 (um) a 3 (três) anos.

### **Diminuição de pena**

**Art. 221** - É diminuída de um terço a pena, se o rapto é para fim de casamento, e de metade, se o agente, sem ter praticado com a vítima qualquer ato libidinoso, a restitue à liberdade ou a coloca em lugar seguro, à disposição da família.

### **Concurso de rapto e outro crime**

**Art. 222** - Se o agente, ao efetuar o rapto, ou em seguida a este, pratica outro crime contra a raptada, aplicam-se cumulativamente a pena correspondente ao rapto e a cominada ao outro crime.

## **CAPÍTULO IV DISPOSIÇÕES GERAIS**

### **Formas qualificadas**

**Art. 223** - Se da violência resulta lesão corporal de natureza grave:

**Pena** - reclusão, de 8 (oito) a 12 (doze) anos.

**Parágrafo único** - Se do fato resulta a morte:

**Pena** - reclusão, de 12 (doze) a 25 (vinte e cinco) anos.

### **Presunção de violência**

**Art. 224** - Presume-se a violência, se a vítima:

- a) não é maior de 14 (catorze) anos;
- b) é alienada ou débil mental, e o agente conhecia esta circunstância;
- c) não pode, por qualquer outra causa, oferecer resistência.

### **Ação penal**

**Art. 225** - Nos crimes definidos nos **capítulos anteriores**, somente se procede mediante queixa.

§ 1º - Procede-se, entretanto, mediante ação pública:

I - se a vítima ou seus pais não podem prover às despesas do processo, sem privar-se de recursos indispensáveis à manutenção própria ou da família;

II - se o crime é cometido com abuso do pátrio poder, ou da qualidade de padrasto, tutor ou curador.

§ 2º - No caso do nº I do parágrafo anterior, a ação do Ministério Público depende de representação.

### **Aumento de pena**

**Art. 226** - A pena é aumentada de quarta parte:

I - se o crime é cometido com o concurso de duas ou mais pessoas;

II - se o agente é ascendente, pai adotivo, padrasto, irmão, tutor ou curador, preceptor ou empregador da vítima ou por qualquer outro título tem autoridade sobre ela;

III - se o agente é casado.

## **CAPÍTULO V DO LENOCÍNIO E DO TRÁFICO DE MULHERES**

### **Mediação para servir a lascívia de outrem**

**Art. 227** - Induzir alguém a satisfazer a lascívia de outrem:

**Pena** - reclusão, de 1 (um) a 3 (três) anos.

§ 1º - Se a vítima é maior de 14 (catorze) e menor de 18 (dezoito) anos, ou se o agente é seu ascendente, descendente, marido, irmão, tutor ou curador ou pessoa a que esteja confiada para fins de educação, de tratamento ou de guarda:

**Pena** - reclusão, de 2 (dois) a 5 (cinco) anos.

§ 2º - Se o crime é cometido com emprego de violência, grave ameaça ou fraude:

**Pena** - reclusão, de 2 (dois) a 8 (oito) anos, além da pena correspondente à violência.

§ 3º - Se o crime é cometido com o fim de lucro, aplica-se também multa.

### **Favorecimento da prostituição**

**Art. 228** - Induzir ou atrair alguém à prostituição, facilitá-la ou impedir que alguém a abandone:

**Pena** - reclusão, de 2 (dois) a 5 (cinco) anos.

**§ 1º** - Se ocorre qualquer das hipóteses do **§ 1º do artigo anterior**:

**Pena** - reclusão, de 3 (três) a 8 (oito) anos.

**§ 2º** - Se o crime, é cometido com emprego de violência, grave ameaça ou fraude:

**Pena** - reclusão, de 4 (quatro) a 10 (dez) anos, além da pena correspondente à violência.

**§ 3º** - Se o crime é cometido com o fim de lucro, aplica-se também multa.

### **Casa de prostituição**

**Art. 229** - Manter, por conta própria ou de terceiro, casa de prostituição ou lugar destinado a encontros para fim libidinoso, haja, ou não, intuito de lucro ou mediação direta do proprietário ou gerente:

**Pena** - reclusão, de 2 (dois) a 5 (cinco) anos, e multa.

### **Rufianismo**

**Art. 230** - Tirar proveito da prostituição alheia, participando diretamente de seus lucros ou fazendo-se sustentar, no todo ou em parte, por quem a exerça:

**Pena** - reclusão, de 1 (um) a 4 (quatro) anos, e multa.

**§ 1º** - Se ocorre qualquer das hipóteses do **§ 1º do art. 227**:

**Pena** - reclusão, de 3 (três) a 6 (seis) anos, além da multa.

**§ 2º** - Se há emprego de violência ou grave ameaça:

**Pena** - reclusão, de 2 (dois) a 8 (oito) anos, além da multa e sem prejuízo da pena correspondente à violência.

### **Tráfico de mulheres**

**Art. 231** - Promover ou facilitar a entrada, no território nacional, de mulher que nele venha exercer a prostituição, ou a saída de mulher que vá exercê-la no estrangeiro:

**Pena** - reclusão, de 3 (três) a 8 (oito) anos.

**§ 1º** - Se ocorre qualquer das hipóteses do **§ 1º do art. 227**:

**Pena** - reclusão, de 4 (quatro) a 10 (dez) anos.

**§ 2º** - Se há emprego de violência, grave ameaça ou fraude, a pena é de reclusão, de 5 (cinco) a 12 (doze) anos, além da pena correspondente à violência.

**§ 3º** - Se o crime é cometido com o fim de lucro, aplica-se também multa.

**Art. 232** - Nos crimes de que trata este Capítulo, é aplicável o disposto nos **arts. 223 e 224**.

## **CAPÍTULO VI DO ULTRAJE PÚBLICO AO PUDOR**

### **Ato obsceno**

**Art. 233** - Praticar ato obsceno em lugar público, ou aberto ou exposto ao público:

**Pena** - detenção, de 3 (três) meses a 1 (um) ano, ou multa.

### **Escrito ou objeto obsceno**

**Art. 234** - Fazer, importar, exportar, adquirir ou ter sob sua guarda, para fim de comércio, de distribuição ou de exposição pública, escrito, desenho, pintura, estampa ou qualquer objeto obsceno:

**Pena** - detenção, de 6 (seis) meses a 2 (dois) anos, ou multa.

**Parágrafo único** - Incorre na mesma pena quem:

I - vende, distribui ou expõe à venda ou ao público qualquer dos objetos referidos neste artigo;

II - realiza, em lugar público ou acessível ao público, representação teatral, ou exibição cinematográfica de caráter obsceno, ou qualquer outro espetáculo, que tenha o mesmo caráter;

III - realiza, em lugar público ou acessível ao público, ou pelo rádio, audição ou recitação de caráter obsceno.

## **TÍTULO VII DOS CRIMES CONTRA A FAMÍLIA**

### **CAPÍTULO I DOS CRIMES CONTRA O CASAMENTO**

#### **Bigamia**

**Art. 235** - Contrair alguém, sendo casado, novo casamento:

**Pena** - reclusão, de 2 (dois) a 6 (seis) anos.

§ 1º - Aquele que, não sendo casado, contrai casamento com pessoa casada, conhecendo essa circunstância, é punido com reclusão ou detenção, de 1 (um) a 3 (três) anos.

§ 2º - Anulado por qualquer motivo o primeiro casamento, ou o outro por motivo que não a bigamia, considera-se inexistente o crime.

#### **Induzimento a erro essencial e ocultação de impedimento**

**Art. 236** - Contrair casamento, induzindo em erro essencial o outro contraente, ou ocultando-lhe impedimento que não seja casamento anterior:

**Pena** - detenção, de 6 (seis) meses a 2 (dois) anos.

**Parágrafo único** - A ação penal depende de queixa do contraente enganado e não pode ser intentada senão depois de transitar em julgado a sentença que, por motivo de erro ou impedimento, anule o casamento.

#### **Conhecimento prévio de impedimento**

**Art. 237** - Contrair casamento, conhecendo a existência de impedimento que lhe cause a nulidade absoluta:

**Pena** - detenção, de 3 (três) meses a 1 (um) ano.

## **Simulação de autoridade para celebração de casamento**

**Art. 238** - Atribuir-se falsamente autoridade para celebração de casamento:

**Pena** - detenção, de 1 (um) a 3 (três) anos, se o fato não constitui crime mais grave.

## **Simulação de casamento**

**Art. 239** - Simular casamento mediante engano de outra pessoa:

**Pena** - detenção, de 1 (um) a 3 (três) anos, se o fato não constitui elemento de crime mais grave.

## **Adulterio**

**Art. 240** - Cometer adultério:

**Pena** - detenção, de 15 (quinze) dias a 6 (seis) meses.

§ 1º - Incorre na mesma pena o co-réu.

§ 2º - A ação penal somente pode ser intentada pelo cônjuge ofendido, e dentro de 1 (um) mês após o conhecimento do fato.

§ 3º - A ação penal não pode ser intentada:

I - pelo cônjuge desquitado;

II - pelo cônjuge que consentiu no adultério ou o perdoou, expressa ou tacitamente.

§ 4º - O juiz pode deixar de aplicar a pena:

I - se havia cessado a vida em comum dos cônjuges;

II - se o querelante havia praticado qualquer dos atos previstos no **art. 317, do Código Civil**.

## **CAPÍTULO II DOS CRIMES CONTRA O ESTADO DE FILIAÇÃO**

### **Registro de nascimento inexistente**

**Art. 241** - Promover no registro civil a inscrição de nascimento inexistente:

**Pena** - reclusão, de 2 (dois) a 6 (seis) anos.

### **Parto suposto. Supressão ou alteração de direito inerente ao estado civil de recém-nascido**

**Art. 242** - Dar parto alheio como próprio; registrar como seu o filho de outrem; ocultar recém-nascido ou substituí-lo, suprimindo ou alterando direito inerente ao estado civil:

**Pena** - reclusão, de 2 (dois) a 6 (seis) anos.

**Parágrafo único** - Se o crime é praticado por motivo de reconhecida nobreza:

**Pena** - detenção, de 1 (um) a 2 (dois) anos, podendo "o juiz deixar de aplicar a pena".

## **Sonegação de estado de filiação**

**Art. 243** - Deixar em asilo de expostos ou outra instituição de assistência filho próprio ou alheio, ocultando-lhe a filiação ou atribuindo-lhe outra, com o fim de prejudicar direito inerente ao estado civil:

**Pena** - reclusão, de 1 (um) a 5 (cinco) anos, e multa.

## **CAPÍTULO III DOS CRIMES CONTRA A ASSISTÊNCIA FAMILIAR**

### **Abandono material**

**Art. 244** - Deixar, sem justa causa, de prover a subsistência do cônjuge, ou de filho menor de 18 (dezoito) anos ou inapto para o trabalho, ou de ascendente inválido ou valetudinário, não lhes proporcionando os recursos necessários ou faltando ao pagamento de pensão alimentícia judicialmente acordada, fixada ou majorada; deixar, sem justa causa, de socorrer descendente ou ascendente, gravemente enfermo:

**Pena** - detenção, de 1 (um) a 4 (quatro) anos e multa, de uma a dez vezes o maior salário mínimo vigente no País.

**Parágrafo único** - Nas mesmas penas incide quem, sendo solvente, frustra ou ilide, de qualquer modo, inclusive por abandono injustificado de emprego ou função, o pagamento de pensão alimentícia judicialmente acordada, fixada ou majorada.

### **Entrega de filho menor a pessoa inidônea**

**Art. 245** - Entregar filho menor de 18 (dezoito) anos a pessoa em cuja companhia saiba ou deva saber que o menor fica moral ou materialmente em perigo:

**Pena** - detenção, de 1 (um) a 2 (dois) anos.

**§ 1º** - A pena é de 1 (um) a 4 (quatro) anos de reclusão, se o agente pratica delito para obter lucro, ou se o menor é enviado para o exterior.

**§ 2º** - Incorre, também, na pena do **parágrafo anterior** quem, embora excluído o perigo moral ou material, auxilia a efetivação de ato destinado ao envio de menor para o exterior, com o fito de obter lucro.

### **Abandono intelectual**

**Art. 246** - Deixar, sem justa causa, de prover à instrução primária de filho em idade escolar:

**Pena** - detenção, de 15 (quinze) dias a 1 (um) mês, ou multa.

**Art. 247** - Permitir alguém que menor de 18 (dezoito) anos, sujeito a seu poder ou confiado à sua guarda ou vigilância:

**I** - freqüente casa de jogo ou mal-afamada, ou conviva com pessoa viciosa ou de má vida;

**II** - freqüente espetáculo capaz de pervertê-lo ou de ofender-lhe o pudor, ou participe de representação de igual natureza;

**III** - resida ou trabalhe em casa de prostituição;

**IV** - mendigue ou sirva a mendigo para excitar a comiseração pública:

**Pena** - detenção, de 1 (um) a 3 (três) meses, ou multa.

## **CAPÍTULO IV DOS CRIMES CONTRA O PÁTRIO PODER, TUTELA CURATELA**

### **Induzimento a fuga, entrega arbitrária ou sonegação de incapazes**

**Art. 248** - Induzir menor de 18 (dezoito) anos, ou interdito, a fugir do lugar em que se acha por determinação de quem sobre ele exerce autoridade, em virtude de lei ou de ordem judicial; confiar a outrem sem ordem do pai, do tutor ou do curador algum menor de 18 (dezoito) anos ou interdito, ou deixar, sem justa causa, de entregá-lo a quem legitimamente o reclame:

**Pena** - detenção, de 1 (um) mês a 1 (um) ano, ou multa.

### **Subtração de incapazes**

**Art. 249** - Subtrair menor de 18 (dezoito) anos ou interdito ao poder de quem o tem sob sua guarda em virtude de lei ou de ordem judicial:

**Pena** - detenção, de 2 (dois) meses a 2 (dois) anos, se o fato não constitui elemento de outro crime.

§ 1º - O fato de ser o agente pai ou tutor do menor ou curador do interdito não o exime de pena, se destituído ou temporariamente privado do pátrio poder, tutela, curatela ou guarda.

§ 2º - No caso de restituição do menor ou do interdito, se este não sofreu maus-tratos ou privações, o juiz pode deixar de aplicar pena.

## **TÍTULO VIII DOS CRIMES CONTRA A INCOLUMIDADE PÚBLICA**

### **CAPÍTULO I DOS CRIMES DE PERIGO COMUM**

#### **Incêndio**

**Art. 250** - Causar incêndio, expondo a perigo a vida, a integridade física ou o patrimônio de outrem:

**Pena** - reclusão, de 3 (três) a 6 (seis) anos, e multa.

#### **Aumento de pena**

§ 1º - As penas aumentam-se de um terço:

I - se o crime é cometido com intuito de obter vantagem pecuniária em proveito próprio ou alheio;

II - se o incêndio é:

**a)** em casa habitada ou destinada a habitação;

**b)** em edifício público ou destinado a uso público ou a obra de assistência social ou de cultura;

- c) em embarcação, aeronave, comboio ou veículo de transporte coletivo;
- d) em estação ferroviária ou aeródromo;
- e) em estaleiro, fábrica ou oficina;
- f) em depósito de explosivo, combustível ou inflamável;
- g) em poço petrolífero ou galeria de mineração;
- h) em lavoura, pastagem, mata ou floresta.

### **Incêndio culposo**

§ 2º - Se culposo o incêndio, é pena de detenção, de 6 (seis) meses a 2 (dois) anos.

### **Explosão**

**Art. 251** - Expor a perigo a vida, a integridade física ou o patrimônio de outrem, mediante explosão, arremesso ou simples colocação de engenho de dinamite ou de substância de efeitos análogos:

**Pena** - reclusão, de 3 (três) a 6 (seis) anos, e multa.

§ 1º - Se a substância utilizada não é dinamite ou explosivo de efeitos análogos:

**Pena** - reclusão, de 1 (um) a 4 (quatro) anos, e multa.

### **Aumento de pena**

§ 2º - As pena aumentam-se de um terço, se ocorre qualquer das hipóteses previstas no § 1º, I, do artigo anterior, ou é visada ou atingida qualquer das coisas enumeradas no nº II do mesmo parágrafo.

### **Modalidade culposa**

§ 3º - No caso de culpa, se a explosão é de dinamite ou substância de efeitos análogos, a pena é de detenção, de 6 (seis) meses a 2 (dois) anos; nos demais casos, é de detenção, de 3 (três) meses a 1 (um) ano.

### **Uso de gás tóxico ou asfixiante**

**Art. 252** - Expor a perigo a vida, a integridade física ou o patrimônio de outrem, usando de gás tóxico ou asfixiante:

**Pena** - reclusão, de 1 (um) a 4 (quatro) anos, e multa.

### **Modalidade Culposa**

**Parágrafo único** - Se o crime é culposo:

**Pena** - detenção, de 3 (três) meses a 1 (um) ano.

### **Fabrico, fornecimento, aquisição posse ou transporte de explosivos ou gás tóxico, ou asfixiante**

**Art. 253** - Fabricar, fornecer, adquirir, possuir ou transportar, sem licença da autoridade, substância ou engenho explosivo, gás tóxico ou asfixiante, ou material destinado à sua fabricação:



**Pena** - detenção, de 6 (seis) meses a 2 (dois) anos, e multa.

### **Inundação**

**Art. 254** - Causar inundação, expondo a perigo a vida, a integridade física ou o patrimônio de outrem:

**Pena** - reclusão, de 3 (três) a 6 (seis) anos, e multa, no caso de dolo, ou detenção, de 6 (seis) meses a 2 (dois) anos, no caso de culpa.

### **Perigo de inundação**

**Art. 255** - Remover, destruir ou inutilizar, em prédio próprio ou alheio, expondo a perigo a vida, a integridade física ou o patrimônio de outrem, obstáculo natural ou obra destinada a impedir inundação:

**Pena** - reclusão, de 1 (um) a 3 (três) anos, e multa.

### **Desabamento ou desmoronamento**

**Art. 256** - Causar desabamento ou desmoronamento, expondo a perigo a vida, a integridade física ou o patrimônio de outrem:

**Pena** - reclusão, de 1 (um) a 4 (quatro) anos, e multa.

### **Modalidade culposa**

**Parágrafo único** - Se o crime é culposo:

**Pena** - detenção, de 6 (seis) meses a 1 (um) ano.

### **Subtração, ocultação ou inutilização de material de salvamento**

**Art. 257** - Subtrair, ocultar ou inutilizar, por ocasião de incêndio, inundação, naufrágio, ou outro desastre ou calamidade, aparelho, material ou qualquer meio destinado a serviço de combate ao perigo, de socorro ou salvamento; ou impedir ou dificultar serviço de tal natureza:

**Pena** - reclusão, de 2 (dois) a 5 (cinco) anos, e multa.

### **Formas qualificadas de crime de perigo comum**

**Art. 258** - Se do crime doloso de perigo comum resulta lesão corporal de natureza grave, a pena privativa de liberdade é aumentada de metade; se resulta morte, é aplicada em dobro. No caso de culpa, se do fato resulta lesão corporal, a pena aumenta-se de metade; se resulta morte, aplica-se a pena cominada ao homicídio culposo, aumentada de um terço.

### **Difusão de doença ou praga**

**Art. 259** - Difundir doença ou praga que possa causar dano a floresta, plantação ou animais de utilidade econômica:

**Pena** - reclusão, de 2 (dois) a 5 (cinco) anos, e multa.

### **Modalidade culposa**

**Parágrafo único** - No caso de culpa, a pena é de detenção, de 1 (um) a 6 (seis) meses, ou multa.

## **CAPÍTULO II DOS CRIMES CONTRA A SEGURANÇA DOS MEIOS DE COMUNICAÇÃO E TRANSPORTE E OUTROS SERVIÇOS PÚBLICOS**

### **Perigo de desastre ferroviário**

**Art. 260** - Impedir ou perturbar serviço de estrada de ferro:

**I** - destruindo, danificando ou desarranjando, total ou parcialmente, linha férrea, material rodante ou de tração, obra-de-arte ou instalação;

**II** - colocando obstáculo na linha;

**III** - transmitindo falso aviso acerca do movimento dos veículos ou interrompendo ou embaraçando o funcionamento de telégrafo, telefone ou radiotelegrafia;

**IV** - praticando outro ato de que possa resultar desastre:

**Pena** - reclusão, de 2 (dois) a 5 (cinco) anos, e multa.

### **Desastre ferroviário**

**§ 1º** - Se do fato resulta desastre:

**Pena** - reclusão, de 4 (quatro) a 12 (doze) anos e multa.

**§ 2º** - No caso de culpa, ocorrendo desastre:

**Pena** - detenção, de 6 (seis) meses a 2 (dois) anos.

**§ 3º** - Para os efeitos deste artigo, entende-se por estrada de ferro qualquer via de comunicação em que circulem veículos de tração mecânica, em trilhos ou por meio de cabo aéreo.

### **Atentado contra a segurança de transporte marítimo, fluvial ou aéreo**

**Art. 261** - Expor a perigo embarcação ou aeronave, própria ou alheia, ou praticar qualquer ato tendente a impedir ou dificultar navegação marítima, fluvial ou aérea:

**Pena** - reclusão, de 2 (dois) a 5 (cinco) anos.

### **Sinistro em transporte marítimo, fluvial ou aéreo**

**§ 1º** - Se do fato resulta naufrágio, submersão ou encalhe de embarcação ou a queda ou destruição de aeronave:

**Pena** - reclusão, de 4 (quatro) a 12 (doze) anos.

### **Prática do crime com o fim de lucro**

**§ 2º** - Aplica-se, também, a pena de multa, se o agente pratica o crime com intuito de obter vantagem econômica, para si ou para outrem.

## **Modalidade culposa**

§ 3º - No caso de culpa, se ocorre o sinistro:

**Pena** - detenção, de 6 (seis) meses a 2 (dois) anos.

## **Atentado contra a segurança de outro meio de transporte**

**Art. 262** - Expor a perigo outro meio de transporte público, impedir-lhe ou dificultar-lhe o funcionamento:

**Pena** - detenção, de 1 (um) a 2 (dois) anos.

§ 1º - Se do fato resulta desastre, a pena é de reclusão, de 2 (dois) a 5 (cinco) anos.

§ 2º - No caso de culpa, se ocorre desastre:

**Pena** - detenção, de 3 (três) meses a 1 (um) ano.

## **Forma qualificada**

**Art. 263** - Se de qualquer dos crimes previstos nos **arts. 260 a 262**, no caso de desastre ou sinistro, resulta lesão corporal ou morte, aplica-se o disposto no **art. 258**.

## **Arremesso de projétil**

**Art. 264** - Arremessar projétil contra veículo, em movimento, destinado ao transporte público por terra, por água ou pelo ar:

**Pena** - detenção, de 1 (um) a 6 (seis) meses.

**Parágrafo único** - Se do fato resulta lesão corporal, a pena é de detenção, de 6 (seis) meses a 2 (dois) anos; se resulta morte, a pena é a do **art. 121, § 3º**, aumentada de um terço.

## **Atentado contra a segurança de serviço de utilidade pública**

**Art. 265** - Atentar contra a segurança ou o funcionamento de serviço de água, luz, força ou calor, ou qualquer outro de utilidade pública:

**Pena** - reclusão, de 1 (um) a 5 (cinco) anos, e multa.

**Parágrafo único** - Aumentar-se-á a pena de um terço até a metade, se o dano ocorrer em virtude de subtração de material essencial ao funcionamento dos serviços.

## **Interrupção ou perturbação de serviço telegráfico ou telefônico**

**Art. 266** - Interromper ou perturbar serviço telegráfico, radiotelegráfico ou telefônico, impedir ou dificultar-lhe o restabelecimento:

**Pena** - detenção, de 1 (um) a 3 (três) anos, e multa.

**Parágrafo único** - Aplicam-se as penas em dobro, se o crime é cometido por ocasião de calamidade pública.

## **CAPÍTULO III DOS CRIMES CONTRA A SAÚDE PÚBLICA**

## **Epidemia**

**Art. 267** - Causar epidemia, mediante a propagação de germes patogênicos:

**Pena** - reclusão, de 10 (dez) a 15 (quinze) anos.

§ 1º - Se do fato resulta morte, a pena é aplicada em dobro.

§ 2º - No caso de culpa, a pena é de detenção, de 1 (um) a 2 (dois) anos, ou, se resulta morte, de 2 (dois) a 4 (quatro) anos.

## **Infração de medida sanitária preventiva**

**Art. 268** - Infringir determinação do poder público, destinada a impedir introdução ou propagação de doença contagiosa:

**Pena** - detenção, de 1 (um) mês a 1 (um) ano, e multa.

**Parágrafo único** - A pena é aumentada de um terço, se o agente é funcionário da saúde pública ou exerce a profissão de médico, farmacêutico, dentista ou enfermeiro.

## **Omissão de notificação de doença**

**Art. 269** - Deixar o médico de denunciar à autoridade pública doença cuja notificação é compulsória:

**Pena** - detenção, de 6 (seis) meses a 2 (dois) anos, e multa.

## **Envenenamento de água potável ou de substância alimentícia ou medicinal**

**Art. 270** - Envenenar água potável, de uso comum ou particular, ou substância alimentícia ou medicinal destinada a consumo:

**Pena** - reclusão, de 10 (dez) a 15 (quinze) anos.

§ 1º - Está sujeito à mesma pena quem entrega a consumo ou tem em depósito, para o fim de ser distribuída, a água ou a substância envenenada.

## **Modalidade culposa**

§ 2º - Se o crime é culposos:

**Pena** - detenção, de 6 (seis) meses a 2 (dois) anos.

## **Corrupção ou poluição de água potável**

**Art. 271** - Corromper ou poluir água potável, de uso comum ou particular, tornando-a imprópria para consumo ou nociva à saúde:

**Pena** - reclusão, de 2 (dois) a 5 (cinco) anos.

## **Modalidade culposa**

**Parágrafo único** - Se o crime é culposos:

**Pena** - detenção, de 2 (dois) meses a 1 (um) ano.

## **Falsificação, corrupção, adulteração ou alteração de substância ou produtos alimentícios**

**Art. 272<sup>23</sup>** - Corromper, adulterar, falsificar ou alterar substância ou produto alimentício destinado a consumo, tornando-o nociva à saúde ou reduzindo-lhe o valor nutritivo:

**Pena** - reclusão, de 4 (quatro) a 8 (oito) anos, e multa.

**§ 1º-A** - Incorre nas penas deste artigo quem fabrica, vende, expõe à venda, importa, tem em depósito para vender ou, de qualquer forma, distribui ou entrega a consumo a substância alimentícia ou o produto falsificado, corrompido ou adulterado.

**§ 1º** - Está sujeito às mesmas penas quem pratica as ações previstas neste artigo em relação a bebidas, com ou sem teor alcoólico.

### **Modalidade culposa**

**§ 2º** - Se o crime é culposo:

**Pena** - detenção, de 1 (um) a 2 (dois) anos, e multa.

## **Falsificação, corrupção, adulteração ou alteração de produto destinado a fins terapêuticos ou medicinais**

**Art. 273<sup>24</sup>** - Falsificar, corromper, adulterar ou alterar produto destinado a fins terapêuticos ou medicinais:

**Pena** - reclusão, de 10 (dez) a 15 (quinze) anos, e multa.

**§ 1º** - Nas mesmas penas incorre quem importa, vende, expõe à venda, tem em depósito para vender ou, de qualquer forma, distribui ou entrega a consumo o produto falsificado, corrompido, adulterado ou alterado.

**§ 1º-A** - Incluem-se entre os produtos a que se refere este artigo os medicamentos, as matérias-primas, os insumos farmacêuticos, os cosméticos, os saneantes e os de uso em diagnóstico.

**§ 1º-B** - Está sujeito às penas deste artigo quem pratica as ações previstas no § 1º em relação a produtos em qualquer das seguintes condições:

- I** - sem registro, quando exigível, no órgão de vigilância sanitária competente;
- II** - em desacordo com a fórmula constante do registro previsto no inciso anterior;
- III** - sem as características de identidade e qualidade admitidas para a sua comercialização;
- IV** - com redução de seu valor terapêutico ou de sua atividade;
- V** - de procedência ignorada;
- VI** - adquiridos de estabelecimento sem licença da autoridade sanitária competente.

### **Modalidade culposa**

**§ 2º** - Se o crime é culposo:

**Pena** - detenção, de 1 (um) a 3 (três) anos, e multa.

## **Emprego de processo proibido ou de substância não permitida**

**Art. 274** - Empregar, no fabrico de produto destinado a consumo, revestimento, gaseificação artificial, matéria corante, substância aromática, anti-séptica, conservadora ou qualquer outra não expressamente permitida pela legislação sanitária:

**Pena** <sup>25</sup>- reclusão, de 1 (um) a 5 (cinco) anos, e multa.

### **Invólucro ou recipiente com falsa indicação**

**Art. 275**<sup>26</sup> - Inculcar, em invólucro ou recipiente de produtos alimentícios, terapêuticos ou medicinais, a existência de substância que não se encontra em seu conteúdo ou que nele existe em quantidade menor que a mencionada:

**Pena** - reclusão, de 1 (um) a 5 (cinco) anos, e multa.

### **Produto ou substância nas condições dos dois artigos anteriores**

**Art. 276** - Vender, expor à venda, ter em depósito para vender ou, de qualquer forma, entregar a consumo produto nas condições dos **arts. 274 e 275**.

**Pena** <sup>27</sup> - reclusão, de 1 (um) a 5 (cinco) anos, e multa.

### **Substância destinada à falsificação**

**Art. 277**<sup>28</sup> - Vender, expor à venda, ter em depósito ou ceder substância destinada à falsificação de produtos alimentícios, terapêuticos ou medicinais:

**Pena** - reclusão, de 1 (um) a 5 (cinco) anos, e multa.

### **Outras substâncias nocivas à saúde pública**

**Art. 278** - Fabricar, vender, expor à venda, ter em depósito para vender ou, de qualquer forma, entregar a consumo coisa ou substância nociva à saúde, ainda que não destinada à alimentação ou a fim medicinal:

**Pena** - detenção, de 1 (um) a 3 (três) anos, e multa.

### **Modalidade culposa**

**Parágrafo único** - Se o crime é culposo:

**Pena** - detenção, de 2 (dois) meses a 1 (um) ano.

### **Substância avariada**

**Art. 279** - *(Revogado pela Lei nº 8.137, de 27-12-1990.)*

### **Medicamento em desacordo com receita médica**

**Art. 280** - Fornecer substância medicinal em desacordo com receita médica:

**Pena** - detenção, de 1 (um) a 3 (três) anos, ou multa.

### **Modalidade culposa**

**Parágrafo único** - Se o crime é culposo:

**Pena** - detenção, de 2 (dois) meses a 1 (um) ano.

**Art. 281** - *(Revogado pela Lei nº 6.368, de 21-10-1976).*

## **Exercício ilegal da medicina, arte dentária ou farmacêutica**

**Art. 282** - Exercer, ainda que a título gratuito, a profissão de médico, dentista ou farmacêutico, sem autorização legal ou excedendo-lhe os limites:

**Pena** - detenção, de 6 (seis) meses a 2 (dois) anos.

**Parágrafo único** - Se o crime é praticado com o fim de lucro, aplica-se também multa.

## **Charlatanismo**

**Art. 283** - Inculcar ou anunciar cura por meio secreto ou infalível:

**Pena** - detenção, de 3 (três) meses a 1 (um) ano, e multa.

## **Curandeirismo**

**Art. 284** - Exercer o curandeirismo:

I - prescrevendo, ministrando ou aplicando, habitualmente, qualquer substância;

II - usando gestos, palavras ou qualquer outro meio;

III - fazendo diagnósticos:

**Pena** - detenção, de 6 (seis) meses a 2 (dois) anos.

**Parágrafo único** - Se o crime é praticado mediante remuneração, o agente fica também sujeito à multa.

## **Forma qualificada**

**Art. 285** - Aplica-se o disposto no **art. 258** aos crimes previstos neste Capítulo, salvo quanto ao definido no **art. 267**.

# **TÍTULO IX DOS CRIMES CONTRA A PAZ PÚBLICA**

## **Incitação ao crime**

**Art. 286** - Incitar, publicamente, a prática de crime:

**Pena** - detenção, de 3 (três) a 6 (seis) meses, ou multa.

## **Apologia de crime ou criminoso**

**Art. 287** - Fazer, publicamente, apologia de fato criminoso ou de autor de crime:

**Pena** - detenção, de 3 (três) a 6 (seis) meses, ou multa.

## **Quadrilha ou bando**

**Art. 288** - Associarem-se mais de três pessoas, em quadrilha ou bando, para o fim de cometer crimes:

**Pena** - reclusão, de 1 (um) a 3 (três) anos.

**Parágrafo único** - A pena aplica-se em dobro, se a quadrilha ou bando é armado.

## **TÍTULO X DOS CRIMES CONTRA A FÉ PÚBLICA**

### **CAPÍTULO I DA MOEDA FALSA**

#### **Moeda Falsa**

**Art. 289** - Falsificar, fabricando-a ou alterando-a, moeda metálica ou papel-moeda de curso legal no país ou no estrangeiro:

**Pena** - reclusão, de 3 (três) a 12 (doze) anos, e multa.

§ 1º - Nas mesmas penas incorre quem, por conta própria ou alheia, importa ou exporta, adquire, vende, troca, cede, empresta, guarda ou introduz na circulação moeda falsa.

§ 2º - Quem, tendo recebido de boa-fé, como verdadeira, moeda falsa ou alterada, a restitui à circulação, depois de conhecer a falsidade, é punido com detenção, de 6 (seis) meses a 2 (dois) anos, e multa.

§ 3º - É punido com reclusão, de 3 (três) a 15 (quinze) anos, e multa, o funcionário público ou diretor, gerente, ou fiscal de banco de emissão que fabrica, emite ou autoriza a fabricação ou emissão:

I - de moeda com título ou peso inferior ao determinado em lei;

II - de papel-moeda em quantidade superior à autorizada.

§ 4º - Nas mesmas penas incorre quem desvia e faz circular moeda, cuja circulação não estava ainda autorizada.

#### **Crimes assimilados ao de moeda falsa**

**Art. 290** - Formar cédula, nota ou bilhete representativo de moeda com fragmentos de cédulas, notas ou bilhetes verdadeiros; suprimir, em nota, cédula ou bilhete recolhidos, para o fim de restituí-los à circulação, sinal indicativo de sua inutilização; restituir à circulação cédula, nota ou bilhete em tais condições, ou já recolhidos para o fim de inutilização:

**Pena** - reclusão, de 2 (dois) a 8 (oito) anos, e multa.

**Parágrafo único** - O máximo da reclusão é elevado a 12 (doze) anos e o da multa a Cr\$ 40.000 (quarenta mil cruzeiros), se o crime é cometido por funcionário que trabalha na repartição onde o dinheiro se achava recolhido, ou nela tem fácil ingresso, em razão do cargo.

#### **Petrechos para falsificação de moeda**

**Art. 291** - Fabricar, adquirir, fornecer, a título oneroso ou gratuito, possuir ou guardar maquinismo, aparelho, instrumento ou qualquer objeto especialmente destinado à falsificação de moeda:

**Pena** - reclusão, de 2 (dois) a 6 (seis) anos, e multa.

#### **Emissão de título ao portador sem permissão legal**



**Art. 292** - Emitir, sem permissão legal, nota, bilhete, ficha, vale ou título que contenha promessa de pagamento em dinheiro ao portador ou a que falte indicação do nome da pessoa a quem deva ser pago:

**Pena** - detenção, de 1 (um) a 6 (seis) meses, ou multa.

**Parágrafo único** - Quem recebe ou utiliza como dinheiro qualquer dos documentos referidos neste artigo incorre na pena de detenção, de 15 (quinze) dias a 3 (três) meses, ou multa.

## **CAPÍTULO II**

### **DA FALSIDADE DE TÍTULOS E OUTROS PAPÉIS PÚBLICOS**

#### **Falsificação de papéis públicos**

**Art. 293** - Falsificar, fabricando-os ou alterando-os:

**I** - selo postal, estampilha, papel selado ou qualquer papel de emissão legal, destinado à arrecadação de imposto ou taxa;

**II** - papel de crédito público que não seja moeda de curso legal;

**III** - vale postal;

**IV** - cautela de penhor, caderneta de depósito de caixa econômica ou de outro estabelecimento mantido por entidade de direito público;

**V** - talão, recibo, guia, alvará ou qualquer outro documento relativo a arrecadação de rendas públicas ou a depósito ou caução por que o poder público seja responsável;

**VI** - bilhete, passe ou conhecimento de empresa de transporte administrada pela União, por Estado ou por Município:

**Pena** - reclusão, de 2 (dois) a 8 (oito) anos, e multa.

**§ 1º** - Incorre na mesma pena quem usa qualquer dos papéis falsificados a que se refere este artigo.

**§ 2º** - Suprimir, em qualquer desses papéis, quando legítimos, com o fim de torná-los novamente utilizáveis, carimbo ou sinal indicativo de sua inutilização:

**Pena** - reclusão, de 1 (um) a 4 (quatro) anos, e multa.

**§ 3º** - Incorre na mesma pena quem usa, depois de alterado, qualquer dos papéis a que se refere o **parágrafo anterior**.

**§ 4º** - Quem usa ou restitui à circulação, embora recibo de boa-fé, qualquer dos papéis falsificados ou alterados, a que se referem este artigo e o seu **§ 2º**, depois de conhecer a falsidade ou alteração, incorre na pena de detenção, de 6 (seis) meses a 2 (dois) anos, ou multa.

#### **Petrechos de falsificação**

**Art. 294** - Fabricar, adquirir, fornecer, possuir ou guardar objeto especialmente destinado à falsificação de qualquer dos papéis referidos no **artigo anterior**:

**Pena** - reclusão, de 1 (um) a 3 (três) anos, e multa.

**Art. 295** - Se o agente é funcionário público, e comete o crime prevalecendo-se do cargo, aumenta-se a pena de sexta parte.

## **CAPÍTULO III DA FALSIDADE DOCUMENTAL**

### **Falsificação do selo ou sinal público**

**Art. 296** - Falsificar, fabricando-os ou alterando-os:

- I - selo público destinado a autenticar atos oficiais da União, de Estado ou de Município;
- II - selo ou sinal atribuído por lei a entidade de direito público, ou a autoridade, ou sinal público de tabelião:

**Pena** - reclusão, de 2 (dois) a 6 (seis) anos, e multa.

**§ 1º** - Incorre nas mesmas penas:

- I - quem faz uso do selo ou sinal falsificado;
- II - quem utiliza indevidamente o selo ou sinal verdadeiro em prejuízo de outrem ou em proveito próprio ou alheio.

**§ 2º** - Se o agente é funcionário público, e comete o crime prevalecendo-se do cargo, aumenta-se a pena de sexta parte.

### **Falsificação de documento público**

**Art. 297** - Falsificar, no todo ou em parte, documento público, ou alterar documento público verdadeiro:

**Pena** - reclusão, de 2 (dois) a 6 (seis) anos, e multa.

**§ 1º** - Se o agente é funcionário público, e comete o crime prevalecendo-se do cargo, aumenta-se a pena de sexta parte.

**§ 2º** - Para os efeitos penais, equiparam-se a documento público o emanado de entidade paraestatal, o título ao portador ou transmissível por endosso, as ações de sociedade comercial, os livros mercantis e o testamento particular.

### **Falsificação de documento particular**

**Art. 298** - Falsificar, no todo ou em parte, documento particular ou alterar documento particular verdadeiro:

**Pena** - reclusão, de 1 (um) a 5 (cinco) anos, e multa.

### **Falsidade ideológica**

**Art. 299** - Omitir, em documento público ou particular, declaração que dele devia constar, ou nele inserir ou fazer inserir declaração falsa ou diversa da que devia ser escrita, com o fim de prejudicar direito, criar obrigação ou alterar a verdade sobre fato juridicamente relevante:

**Pena** - reclusão, de 1 (um) a 5 (cinco) anos, e multa, se o documento é público, e reclusão de 1 (um) a 3 (três) anos, e multa, se o documento é particular.

**Parágrafo único** - Se o agente é funcionário público, e comete o crime prevalecendo-se do cargo, ou se a falsificação ou alteração é de assentamento de registro civil, aumenta-se a pena de sexta parte.

### **Falso reconhecimento de firma ou letra**

**Art. 300** - Reconhecer, como verdadeira, no exercício de função pública, firma ou letra que o não seja:

**Pena** - reclusão, de 1 (um) a 5 (cinco) anos, e multa, se o documento é público; e de 1 (um) a 3 (três) anos, e multa, se o documento é particular.

### **Certidão ou atestado ideologicamente falso**

**Art. 301** - Atestar ou certificar falsamente, em razão de função pública, fato ou circunstância que habilite alguém a obter cargo público, isenção de ônus ou de serviço de caráter público, ou qualquer outra vantagem:

**Pena** - detenção, de 2 (dois) meses a 1 (um) ano.

### **Falsidade material de atestado ou certidão**

**§ 1º** - Falsificar, no todo ou em parte, atestado ou certidão, ou alterar o teor de certidão ou de atestado verdadeiro, para prova de fato ou circunstância que habilite alguém a obter cargo público, isenção de ônus ou de serviço de caráter público, ou qualquer outra vantagem:

**Pena** - detenção, de 3 (três) meses a 2 (dois) anos.

**§ 2º** - Se o crime é praticado com o fim de lucro, aplica-se, além da pena privativa de liberdade, a de multa.

### **Falsidade de atestado médico**

**Art. 302** - Dar o médico, no exercício da sua profissão, atestado falso:

**Pena** - detenção, de 1 (um) mês a 1 (um) ano.

**Parágrafo único** - Se o crime é cometido com o fim de lucro, aplica-se também multa.

### **Reprodução ou adulteração de selo ou peça filatélica**

**Art. 303** - Reproduzir ou alterar selo ou peça filatélica que tenha valor para coleção, salvo quando a reprodução ou a alteração está visivelmente anotada na face ou no verso do selo ou peça:

**Pena** - detenção, de 1 (um) a 3 (três) anos, e multa.

**Parágrafo único** - Na mesma pena incorre quem, para fins de comércio, faz uso do selo ou peça filatélica.

### **Uso de documento falso**

**Art. 304** - Fazer uso de qualquer dos papéis falsificados ou alterados, a que se referem os **arts. 297 a 302**:

**Pena** - a cominada à falsificação ou à alteração.

### **Supressão de documento**

**Art. 305** - Destruir, suprimir ou ocultar, em benefício próprio ou de outrem, ou em prejuízo alheio, documento público ou particular verdadeiro, de que não podia dispor:

**Pena** - reclusão, de 2 (dois) a 6 (seis) anos, e multa, se o documento é público, e reclusão, de 1 (um) a 5 (cinco) anos, e multa, se o documento é particular.

## **CAPÍTULO IV DE OUTRAS FALSIDADES**

### **Falsificação do sinal empregado no contraste de metal precioso ou na fiscalização alfandegária, ou para outros fins**

**Art. 306** - Falsificar, fabricando-o ou alterando-o, marca ou sinal empregado pelo poder público no contraste de metal precioso ou na fiscalização alfandegária, ou usar marca ou sinal dessa natureza, falsificado por outrem:

**Pena** - reclusão, de 2 (dois) a 6 (seis) anos, e multa.

**Parágrafo único** - Se a marca ou sinal falsificado é o que usa a autoridade pública para o fim de fiscalização sanitária, ou para autenticar ou encerrar determinados objetos, ou comprovar o cumprimento de formalidade legal:

**Pena** - reclusão ou detenção, de 1 (um) a 3 (três) anos, e multa.

### **Falsa identidade**

**Art. 307** - Atribuir-se ou atribuir a terceiro falsa identidade para obter vantagem, em proveito próprio ou alheio, ou para causar dano a outrem:

**Pena** - detenção, de 3 (três) meses a 1 (um) ano, ou multa, se o fato não constitui elemento de crime mais grave.

**Art. 308** - Usar, como próprio, passaporte, título de eleitor, caderneta de reservista ou qualquer documento de identidade alheia ou ceder a outrem, para que dele se utilize, documento dessa natureza, próprio ou de terceiro:

**Pena** - detenção, de 4 (quatro) meses a 2 (dois) anos, e multa, se o fato não constitui elemento de crime mais grave.

### **Fraude de lei sobre estrangeiro**

**Art. 309** - Usar o estrangeiro, para entrar ou permanecer no território nacional, nome que não é o seu:

**Pena** - detenção, de 1 (um) a 3 (três) anos, e multa.

**Parágrafo único** - Atribuir a estrangeiro falsa qualidade para promover-lhe a entrada em território nacional:

**Pena** - reclusão, de 1 (um) a 4 (quatro) anos, e multa.

*\* parágrafo único acrescentado pela Lei nº 9.426, de 24 de dezembro de 1996.*

**Art. 310**<sup>29</sup> - Prestar-se a figurar como proprietário ou possuidor de ação, título ou valor pertencente a estrangeiro, nos casos em que a este é vedada por lei a propriedade ou a posse de tais bens:

**Pena** - detenção, de 6 (seis) meses a 3 (três) anos, e multa.

### **Adulteração de sinal identificador de veículo automotor**

**Art. 311**<sup>30</sup> - Adulterar ou remarcar número de chassi ou qualquer sinal identificador de veículo automotor, de seu componente ou equipamento:

**Pena** - reclusão, de 3 (três) a 6 (seis) anos, e multa.

§ 1º - Se o agente comete o crime no exercício da função pública ou em razão dela, a pena é aumentada de um terço.

*\* § 1º acrescentado pela Lei nº 9.426, de 24 de dezembro de 1996.*

§ 2º - Incorre nas mesmas penas o funcionário público que contribui para o licenciamento ou registro do veículo remarcado ou adulterado, fornecendo indevidamente material ou informação oficial.

*\* § 2º acrescentado pela Lei nº 9.426, de 24 de dezembro de 1996.*

## **TÍTULO XI DOS CRIMES CONTRA A ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA**

### **CAPÍTULO I DOS CRIMES PRATICADOS POR FUNCIONÁRIO PÚBLICO CONTRA A ADMINISTRAÇÃO EM GERAL**

#### **Peculato**

**Art. 312** - Apropriar-se o funcionário público de dinheiro, valor ou qualquer outro bem móvel, público ou particular, de que tem a posse em razão do cargo, ou desviá-lo, em proveito próprio ou alheio:

**Pena** - reclusão, de 2 (dois) a 12 (doze) anos, e multa.

§ 1º - Aplica-se a mesma pena, se o funcionário público, embora não tendo a posse do dinheiro, valor ou bem, o subtrai, ou concorre para que seja subtraído, em proveito próprio ou alheio, valendo-se de facilidade que lhe proporciona a qualidade de funcionário.

#### **Peculato culposo**

§ 2º - Se o funcionário concorre culposamente para o crime de outrem:

**Pena** - detenção, de 3 (três) meses a 1 (um) ano.

§ 3º - No caso do **parágrafo anterior**, a reparação do dano, se precede à sentença irrecorrível, extingue a punibilidade; se lhe é posterior, reduz de metade a pena imposta.

#### **Peculato mediante erro de outrem**

**Art. 313** - Apropriar-se de dinheiro ou qualquer utilidade que, no exercício do cargo, recebeu por erro de outrem:

**Pena** - reclusão, de 1 (um) a 4 (quatro) anos, e multa.

#### **Extravio, sonegação ou inutilização de livro ou documento**

**Art. 314** - Extraviar livro oficial ou qualquer documento, de que tem a guarda em razão do cargo; sonegá-lo ou inutilizá-lo, total ou parcialmente:

**Pena** - reclusão, de 1 (um) a 4 (quatro) anos, se o fato não constitui crime mais grave.

## **Emprego irregular de verbas ou rendas públicas**

**Art. 315** - Dar às verbas ou rendas públicas aplicação diversa da estabelecida em lei:

**Pena** - detenção, de 1 (um) a 3 (três) meses, ou multa.

## **Concussão**

**Art. 316** - Exigir, para si ou para outrem, direta ou indiretamente, ainda que fora da função ou antes de assumi-la, mas em razão dela, vantagem indevida:

**Pena** - reclusão, de 2 (dois) a 8 (oito) anos, e multa.

## **Excesso de exação**

**§ 1º** - Se o funcionário exige tributo ou contribuição social que sabe ou deveria saber indevido, ou, quando devido, emprega na cobrança meio vexatório ou gravoso, que a lei não autoriza:

**Pena** - reclusão, de 3 (três) a 8 (oito) anos, e multa.

**§ 2º** - Se o funcionário desvia, em proveito próprio ou de outrem, o que recebeu indevidamente para recolher aos cofres públicos:

**Pena** - reclusão, de 2 (dois) a 12 (doze) anos, e multa.

## **Corrupção passiva**

**Art. 317** - Solicitar ou receber, para si ou para outrem, direta ou indiretamente, ainda que fora da função ou antes de assumi-la, mas em razão dela, vantagem indevida, ou aceitar promessa de tal vantagem:

**Pena** - reclusão, de 1 (um) a 8 (oito) anos, e multa.

**§ 1º** - A pena é aumentada de um terço, se, em conseqüência da vantagem ou promessa, o funcionário retarda ou deixa de praticar qualquer ato de ofício ou o pratica infringindo dever funcional.

**§ 2º** - Se o funcionário pratica, deixa de praticar ou retarda ato de ofício, com infração de dever funcional, cedendo a pedido ou influência de outrem:

**Pena** - detenção, de 3 (três) meses a 1 (um) ano, ou multa.

## **Facilitação de contrabando ou descaminho**

**Art. 318** - Facilitar, com infração de dever funcional, a prática de contrabando ou descaminho (**art. 334**):

**Pena** - reclusão, de 3 (três) a 8 (oito) anos, e multa.

## **Prevaricação**

**Art. 319** - Retardar ou deixar de praticar, indevidamente, ato de ofício, ou praticá-lo contra disposição expressa de lei, para satisfazer interesse ou sentimento pessoal:

**Pena** - detenção, de 3 (três) meses a 1 (um) ano, e multa.

## **Condescendência criminosa**

**Art. 320** - Deixar o funcionário, por indulgência, de responsabilizar subordinado que cometeu infração no exercício do cargo ou, quando lhe falte competência, não levar o fato ao conhecimento da autoridade competente:

**Pena** - detenção, de 15 (quinze) dias a 1 (um) mês, ou multa.

### **Advocacia administrativa**

**Art. 321** - Patrocinar, direta ou indiretamente, interesse privado perante a administração pública, valendo-se da qualidade de funcionário:

**Pena** - detenção, de 1 (um) a 3 (três) meses, ou multa.

**Parágrafo único** - Se o interesse é ilegítimo:

**Pena** - detenção, de 3 (três) meses a 1 (um) ano, além da multa.

### **Violência arbitrária**

**Art. 322** - Praticar violência, no exercício de função ou a pretexto de exercê-la:

**Pena** - detenção, de 6 (seis) meses a 3 (três) anos, além da pena correspondente à violência.

### **Abandono de função**

**Art. 323** - Abandonar cargo público, fora dos casos permitidos em lei:

**Pena** - detenção, de 15 (quinze) dias a 1 (um) mês, ou multa.

**§ 1º** - Se do fato resulta prejuízo público:

**Pena** - detenção, de 3 (três) meses a 1 (um) ano, e multa.

**§ 2º** - Se o fato ocorre em lugar compreendido na faixa de fronteira:

**Pena** - detenção, de 1 (um) a 3 (três) anos, e multa.

### **Exercício funcional ilegalmente antecipado ou prolongado**

**Art. 324** - Entrar no exercício de função pública antes de satisfeitas as exigências legais, ou continuar a exercê-la, sem autorização, depois de saber oficialmente que foi exonerado, removido, substituído ou suspenso:

**Pena** - detenção, de 15 (quinze) dias a 1 (um) mês, ou multa.

### **Violação de sigilo funcional**

**Art. 325** - Revelar fato de que tem ciência em razão do cargo e que deva permanecer em segredo, ou facilitar-lhe a revelação:

**Pena** - detenção, de 6 (seis) meses a 2 (dois) anos, ou multa, se o fato não constitui crime mais grave.

### **Violação do sigilo de proposta de concorrência**

**Art. 326** - Devassar o sigilo de proposta de concorrência pública, ou proporcionar a terceiro o ensejo de devassá-lo:

**Pena** - Detenção, de 3 (três) meses a 1 (um) ano, e multa.

### **Funcionário público**

**Art. 327** - Considera-se funcionário público, para os efeitos penais, quem, embora transitoriamente ou sem remuneração, exerce cargo, emprego ou função pública.

§ 1º - Equipara-se a funcionário público quem exerce cargo, emprego ou função em entidade paraestatal.

§ 2º - A pena será aumentada da terça parte quando os autores dos crimes previstos neste Capítulo forem ocupantes de cargos em comissão ou de função de direção ou assessoramento de órgão da administração direta, sociedade de economia mista, empresa pública ou fundação instituída pelo poder público.

## **CAPÍTULO II DOS CRIMES PRATICADOS POR PARTICULAR CONTRA A ADMINISTRAÇÃO EM GERAL**

### **Usurpação de função pública**

**Art. 328** - Usurpar o exercício de função pública:

**Pena** - detenção, de 3 (três) meses a 2 (dois) anos, e multa.

**Parágrafo único** - Se do fato o agente auferir vantagem:

**Pena** - reclusão, de 2 (dois) a 5 (cinco) anos, e multa.

### **Resistência**

**Art. 329** - Opor-se à execução de ato legal, mediante violência ou ameaça a funcionário competente para executá-lo ou a quem lhe esteja prestando auxílio:

**Pena** - detenção, de 2 (dois) meses a 2 (dois) anos.

§ 1º - Se o ato, em razão da resistência, não se executa:

**Pena** - reclusão, de 1 (um) a 3 (três) anos.

§ 2º - As penas deste artigo são aplicáveis sem prejuízo das correspondentes à violência.

### **Desobediência**

**Art. 330** - Desobedecer a ordem legal de funcionário público:

**Pena** - detenção, de 15 (quinze) dias a 6 (seis) meses, e multa.

### **Desacato**

**Art. 331** - Desacatar funcionário público no exercício da função ou em razão dela:

**Pena** - detenção, de 6 (seis) meses a 2 (dois) anos, ou multa.

### **Tráfico de Influência**



**Art. 332** - Solicitar, exigir, cobrar ou obter, para si ou para outrem, vantagem ou promessa de vantagem, a pretexto de influir em ato praticado por funcionário público no exercício da função:

**Pena** - reclusão, de 2 (dois) a 5 (cinco) anos, e multa.

**Parágrafo único** - A pena é aumentada da metade, se o agente alega ou insinua que a vantagem é também destinada ao funcionário.

### **Corrupção ativa**

**Art. 333** - Oferecer ou prometer vantagem indevida a funcionário público, para determiná-lo a praticar, omitir ou retardar ato de ofício:

**Pena** - reclusão, de 1 (um) ano a 8 (oito) anos, e multa.

**Parágrafo único** - A pena é aumentada de um terço, se, em razão da vantagem ou promessa, o funcionário retarda ou omite ato de ofício, ou o pratica infringindo dever funcional.

### **Contrabando ou descaminho**

**Art. 334** - Importar ou exportar mercadoria proibida ou iludir, no todo ou em parte, o pagamento de direito ou imposto devido pela entrada, pela saída ou pelo consumo de mercadoria:

**Pena** - reclusão, de 1 (um) a 4 (quatro) anos.

**§ 1º** - Incorre na mesma pena quem:

- a)** pratica navegação de cabotagem, fora dos casos permitidos em lei;
- b)** pratica fato assimilado, em lei especial, a contrabando ou descaminho;
- c)** vende, expõe à venda, mantém em depósito ou, de qualquer forma, utiliza em proveito próprio ou alheio, no exercício de atividade comercial ou industrial, mercadoria de procedência estrangeira que introduziu clandestinamente no País ou importou fraudulentamente ou que sabe ser produto de introdução clandestina no território nacional ou de importação fraudulenta por parte de outrem;
- d)** adquire, recebe ou oculta, em proveito próprio ou alheio, no exercício de atividade comercial ou industrial, mercadoria de procedência estrangeira, desacompanhada de documentação legal, ou acompanhada de documentos que sabe serem falsos.

**§ 2º** - Equipara-se às atividades comerciais, para os efeitos deste artigo, qualquer forma de comércio irregular ou clandestino de mercadorias estrangeiras, inclusive o exercido em residências.

**§ 3º** - A pena aplica-se em dobro, se o crime de contrabando ou descaminho é praticado em transporte aéreo.

### **Impedimento, perturbação ou fraude de concorrência**

**Art. 335** - Impedir, perturbar ou fraudar concorrência pública ou venda em hasta pública, promovida pela administração federal, estadual ou municipal, ou por entidade paraestatal; afastar ou procurar afastar concorrente ou licitante, por meio de violência, grave ameaça, fraude ou oferecimento de vantagem:

**Pena** - detenção, de 6 (seis) meses a 2 (dois) anos, ou multa, além da pena correspondente à violência.

**Parágrafo único** - Incorre na mesma pena quem se abstém de concorrer ou licitar, em razão da vantagem oferecida.

### **Inutilização de edital ou de sinal**

**Art. 336** - Rasgar ou, de qualquer forma, inutilizar ou conspurcar edital afixado por ordem de funcionário público; violar ou inutilizar selo ou sinal empregado, por determinação legal ou por ordem de funcionário público, para identificar ou cerrar qualquer objeto:

**Pena** - detenção, de 1 (um) mês a 1 (um) ano, ou multa.

### **Subtração ou inutilização de livro ou documento**

**Art. 337** - Subtrair, ou inutilizar, total ou parcialmente, livro oficial, processo ou documento confiado à custódia de funcionário, em razão de ofício, ou de particular em serviço público:

**Pena** - reclusão, de 2 (dois) a 5 (cinco) anos, se o fato não constitui crime mais grave.

## **CAPÍTULO III DOS CRIMES CONTRA A ADMINISTRAÇÃO DA JUSTIÇA**

### **Reingresso de estrangeiro expulso**

**Art. 338** - Reingressar no território nacional o estrangeiro que dele foi expulso:

**Pena** - reclusão, de 1 (um) a 4 (quatro) anos, sem prejuízo de nova expulsão após o cumprimento da pena.

### **Denúncia caluniosa**

**Art. 339** - Dar causa a instauração de investigação policial ou de processo judicial contra alguém, imputando-lhe crime de que o sabe inocente:

**Pena** - reclusão, de 2 (dois) a 8 (oito) anos, e multa.

§ 1º - A pena é aumentada de sexta parte, se o agente se serve de anonimato ou de nome suposto.

§ 2º - A pena é diminuída de metade, se a imputação é de prática de contravenção.

### **Comunicação falsa de crime ou de contravenção**

**Art. 340** - Provocar a ação de autoridade, comunicando-lhe a ocorrência de crime ou de contravenção que sabe não se ter verificado:

**Pena** - detenção, de 1 (um) a 6 (seis) meses, ou multa.

### **Auto-acusação falsa**

**Art. 341** - Acusar-se, perante a autoridade, de crime inexistente ou praticado por outrem:

**Pena** - detenção, de 3 (três) meses a 2 (dois) anos, ou multa.

### **Falso testemunho ou falsa perícia**

**Art. 342** - Fazer afirmação falsa, ou negar ou calar a verdade, como testemunha, perito, tradutor ou intérprete em processo judicial, policial ou administrativo, ou em juízo arbitral:

**Pena** - reclusão, de 1 (um) a 3 (três) anos, e multa.

**§ 1º** - Se o crime é cometido com o fim de obter prova destinada a produzir efeito em processo penal:

**Pena** - reclusão, de 2 (dois) a 6 (seis) anos, e multa.

**§ 2º** - As penas aumentam-se de um terço, se o crime é praticado mediante suborno.

**§ 3º** - O fato deixa de ser punível, se, antes da sentença, o agente se retrata ou declara a verdade.

**Art. 343** - Dar, oferecer, ou prometer dinheiro ou qualquer outra vantagem a testemunha, perito, tradutor ou intérprete, para fazer afirmação falsa, negar ou calar a verdade em depoimento, perícia, tradução ou interpretação, ainda que a oferta ou promessa não seja aceita:

**Pena** - reclusão, de 1 (um) a 3 (três) anos, e multa.

**Parágrafo único** - Se o crime é cometido com o fim de obter prova destinada a produzir efeito em processo penal, aplica-se a pena em dobro.

### **Coação no curso do processo**

**Art. 344** - Usar de violência ou grave ameaça, com o fim de favorecer interesse próprio ou alheio, contra autoridade, parte, ou qualquer outra pessoa que funciona ou é chamada a intervir em processo judicial, policial ou administrativo, ou em juízo arbitral:

**Pena** - reclusão, de 1 (um) a 4 (quatro) anos, e multa, além da pena correspondente à violência.

### **Exercício arbitrário das próprias razões**

**Art. 345** - Fazer justiça pelas próprias mãos, para satisfazer pretensão, embora legítima, salvo quando a lei o permite:

**Pena** - detenção, de 15 (quinze) dias a 1 (um) mês, ou multa, além da pena correspondente à violência.

**Parágrafo único** - Se não há emprego de violência, somente se procede mediante queixa.

**Art. 346** - Tirar, suprimir, destruir ou danificar coisa própria, que se acha em poder de terceiro por determinação judicial ou convenção:

**Pena** - detenção, de 6 (seis) meses a 2 (dois) anos, e multa.

### **Fraude processual**

**Art. 347** - Inovar artificialmente, na pendência de processo civil ou administrativo, o estado de lugar, de coisa ou de pessoa, com o fim de induzir a erro o juiz ou o perito:

**Pena** - detenção, de 3 (três) meses a 2 (dois) anos, e multa.

**Parágrafo único** - Se a inovação se destina a produzir efeito em processo penal, ainda que não iniciado, as penas aplicam-se em dobro.

### **Favorecimento pessoal**

**Art. 348** - Auxiliar a subtrair-se à ação de autoridade pública autor de crime a que é cominada pena de reclusão:

**Pena** - detenção, de 1 (um) a 6 (seis) meses, e multa.

§ 1º - Se ao crime não é cominada pena de reclusão:

**Pena** - detenção, de 15 (quinze) dias a 3 (três) meses, e multa.

§ 2º - Se quem presta o auxílio é ascendente, descendente, cônjuge ou irmão do criminoso, fica isento de pena.

### **Favorecimento real**

**Art. 349** - Prestar a criminoso, fora dos casos de co-autoria ou de receptação, auxílio destinado a tornar seguro o proveito do crime:

**Pena** - detenção, de 1 (um) a 6 (seis) meses, e multa.

### **Exercício arbitrário ou abuso de poder**

**Art. 350** - Ordenar ou executar medida privativa de liberdade individual, sem as formalidades legais ou com abuso de poder:

**Pena** - detenção, de 1 (um) mês a 1 (um) ano.

**Parágrafo único** - Na mesma pena incorre o funcionário que:

I - ilegalmente recebe e recolhe alguém a prisão, ou a estabelecimento destinado a execução de pena privativa de liberdade ou de medida de segurança;

II - prolonga a execução de pena ou de medida de segurança, deixando de expedir em tempo oportuno ou de executar imediatamente a ordem de liberdade;

III - submete pessoa que está sob sua guarda ou custódia a vexame ou a constrangimento não autorizado em lei;

IV - efetua, com abuso de poder, qualquer diligência.

### **Fuga de pessoa presa ou submetida a medida de segurança**

**Art. 351** - Promover ou facilitar a fuga de pessoa legalmente presa ou submetida a medida de segurança detentiva:

**Pena** - detenção, de 6 (seis) meses a 2 (dois) anos.

§ 1º - Se o crime é praticado a mão armada, ou por mais de uma pessoa, ou mediante arrombamento, a pena é de reclusão, de 2 (dois) a 6 (seis) anos.

§ 2º - Se há emprego de violência contra pessoa, aplica-se também a pena correspondente à violência.

§ 3º - A pena é de reclusão, de 1 (um) a 4 (quatro) anos, se o crime é praticado por pessoa sob cuja custódia ou guarda está o preso ou o internado.

§ 4º - No caso de culpa do funcionário incumbido da custódia ou guarda, aplica-se a pena de detenção, de 3 (três) meses a 1 (um) ano, ou multa.

### **Evasão mediante violência contra a pessoa**

**Art. 352** - Evadir-se ou tentar evadir-se o preso ou o indivíduo submetido a medida de segurança detentiva, usando de violência contra a pessoa:

**Pena** - detenção, de 3 (três) meses a (um) ano, além da pena correspondente à violência.

## **Arrebatamento de preso**

**Art. 353** - Arrebatado preso, a fim de maltratá-lo, do poder de quem o tenha sob custódia ou guarda:

**Pena** - reclusão, de 1 (um) a 4 (quatro) anos, além da pena correspondente à violência.

## **Motim de presos**

**Art. 354** - Amotinarem-se presos, perturbando a ordem ou disciplina da prisão:

**Pena** - detenção, de 6 (seis) meses a 2 (dois) anos, além da pena correspondente à violência.

## **Patrocínio infiel**

**Art. 355** - Trair, na qualidade de advogado ou procurador, o dever profissional, prejudicando interesse, cujo patrocínio, em juízo, lhe é confiado:

**Pena** - detenção, de 6 (seis) meses a 3 (três) anos, e multa.

## **Patrocínio simultâneo ou tergiversação**

**Parágrafo único** - Incorre na pena deste artigo o advogado ou procurador judicial que defende na mesma causa, simultânea ou sucessivamente, partes contrárias.

## **Sonegação de papel ou objeto de valor probatório**

**Art. 356** - Inutilizar, total ou parcialmente, ou deixar de restituir autos, documento ou objeto de valor probatório, que recebeu na qualidade de advogado ou procurador:

**Pena** - detenção, de 6 (seis) a 3 (três) anos, e multa.

## **Exploração de prestígio**

**Art. 357** - Solicitar ou receber dinheiro ou qualquer outra utilidade, a pretexto de influir em juiz, jurado, órgão do Ministério Público, funcionário de justiça, perito, tradutor, intérprete ou testemunha:

**Pena** - reclusão, de 1 (um) a 5 (cinco) anos, e multa.

**Parágrafo único** - As penas aumentam-se de um terço, se o agente alega ou insinua que o dinheiro ou utilidade também se destina a qualquer das pessoas referidas neste artigo.

## **Violência ou fraude em arrematação judicial**

**Art. 358** - Impedir, perturbar ou fraudar arrematação judicial; afastar ou procurar afastar concorrente ou licitante, por meio de violência, grave ameaça, fraude ou oferecimento de vantagem:

**Pena** - detenção, de 2 (dois) meses a 1 (um) ano, ou multa, além da pena correspondente à violência.

## **Desobediência a decisão judicial sobre perda ou suspensão de direito**

**Art. 359** - Exercer função, atividade, direito, autoridade ou múnus, de que foi suspenso ou privado por decisão judicial:

**Pena** - detenção, de 3 (três) meses a 2 (dois) anos, ou multa.

## DISPOSIÇÕES FINAIS

**Art. 360** - Ressalvada a legislação especial sobre os crimes contra a existência, a segurança e a integridade do Estado e contra a guarda e o emprego da economia popular, os crimes de imprensa e os de falência, os de responsabilidade do Presidente da República e dos Governadores ou Interventores, e os crimes militares, revogam-se as disposições em contrário.

**Art. 361** - Este Código entrará em vigor no dia 1º de janeiro de 1942.

Rio de Janeiro, 7 de dezembro de 1940; 119º da Independência e 52º da República.

GETÚLIO VARGAS

*Francisco Campos*

---

<sup>1</sup> Art. 43 com nova redação dada pela Lei nº 9.714, de 25 de novembro de 1998.

Redação Anterior:

"Art. 43 - As penas restritivas de direitos são:

- I - prestação de serviços à comunidade;
- II - interdição temporária de direitos;
- III - limitação de fim de semana."

<sup>2</sup> Art. 44 com nova redação dada pela Lei nº 9.714, de 25 de novembro de 1998.

Redação Anterior:

"Art. 44 - As penas restritivas de direitos são autônomas e substituem as privativas de liberdade, quando:

I - aplicada pena privativa de liberdade inferior a 1 (um) ano ou se o crime for culposos;

II - o réu não for reincidente;

III - a culpabilidade, os antecedentes, a conduta social e a personalidade do condenado, bem como os motivos e as circunstâncias indicarem que essa substituição seja suficiente.

Parágrafo único - Nos crimes culposos, a pena privativa de liberdade aplicada, igual ou superior a 1 (um) ano, pode ser substituída por uma pena restritiva de direitos e multa ou por duas penas restritivas de direitos, exeqüíveis simultaneamente."

<sup>3</sup> Art. 45 com nova redação dada pela Lei nº 9.714, de 25 de novembro de 1998.

Redação Anterior:

"Art. 45 - A pena restritiva de direitos converte-se em privativa de liberdade, pelo tempo da pena aplicada, quando:

I - sobrevier condenação, por outro crime, a pena privativa de liberdade cuja execução não tenha sido suspensa;

II - ocorrer o descumprimento injustificado da restrição imposta."

<sup>4</sup> Art. 46 com nova redação dada pela Lei nº 9.714, de 25 de novembro de 1998.

Redação Anterior:

---

"Art. 46 - A prestação de serviços à comunidade consiste na atribuição ao condenado de tarefas gratuitas junto a entidades assistenciais, hospitais, escolas, orfanatos e outros estabelecimentos congêneres, em programas comunitários ou estatais.

Parágrafo único - As tarefas serão atribuídas conforme as aptidões do condenado, devendo ser cumpridas, durante 8 (oito) horas semanais, aos sábados, domingos e feriados ou em dias úteis, de modo a não prejudicar a jornada normal de trabalho."

<sup>5</sup> Inciso IV incluído pela Lei nº 9.714, de 25 de novembro de 1998.

<sup>6</sup> Art. 55 com nova redação dada pela Lei nº 9.714, de 25 de novembro de 1998.

Redação Anterior:

"Art. 55 - As penas restritivas de direitos terão a mesma duração da pena privativa de liberdade substituída."

<sup>7</sup> alínea h com nova redação dada pela Lei nº 9.318, de 5 de dezembro de 1996.

Redação Anterior:

"h) contra criança, velho ou enfermo;"

<sup>8</sup> \* acrescentado pela Lei nº 9.777, de 29.12.98.

<sup>9</sup> § 3º com nova redação dada pela Lei nº 9.426, de 24 de dezembro de 1996.

Redação Anterior:

"§ 3º - Se da violência resulta lesão corporal grave, a pena é de reclusão, de 5 (cinco) a 15 (quinze) anos, além da multa; se resulta morte, a reclusão é de 20 (vinte) a 30 (trinta) anos, sem prejuízo da multa."

<sup>10</sup> artigo 180 e §§ 1º, 2º, 3º e 4º com nova redação dada pela Lei nº 9.426, de 24 de dezembro de 1996.

Redação Anterior:

"Art. 180 - Adquirir, receber ou ocultar, em proveito próprio ou alheio, coisa que sabe ser produto de crime, ou influir para que terceiro, de boa-fé, a adquira, receba ou oculte:

Pena - reclusão, de 1 (um) a 4 (quatro) anos, e multa.

Receptação culposa.

§ 1º - Adquirir ou receber coisa que, por sua natureza ou pela desproporção entre o valor e o preço, ou pela condição de quem a oferece, deve presumir-se obtida por meio criminoso:

Pena - detenção, de 1 (um) mês a 1 (um) ano, ou multa, ou ambas as penas.

§ 2º - A receptação é punível, ainda que desconhecido ou isento de pena o autor do crime de que proveio a coisa.

§ 3º - No caso do § 1º, se o criminoso é primário pode o juiz, tendo em consideração as circunstâncias, deixar de aplicar a pena. No caso de receptação dolosa, cabe o disposto no § 2º do art. 155.

§ 4º - No caso dos bens e instalações do patrimônio da União, Estado, Município, empresa concessionária de serviços públicos ou sociedade de economia mista adquiridos dolosamente:

Pena - reclusão, de 1 (um) a 5 (cinco) anos, e multa."

---

<sup>11</sup> A redação original do artigo revogado era a seguinte:

"Violação de privilégio de invenção.

Art. 187 - Violar direito de privilégio de invenção ou de descoberta:

I - fabricando, sem autorização do concessionário ou cessionário, produto que é objeto de privilégio;

II - usando meio ou processo que é objeto de privilégio;

III - importando, vendendo, expondo à venda, ocultando ou recebendo, para o fim de ser vendido, produto fabricado com violação de privilégio:

Pena - detenção, de 6 (seis) meses a 1 (um) ano, e multa.

Aumento de pena.

Parágrafo único - A pena é aumentada de um terço:

I - se o agente foi mandatário, preposto ou empregado do concessionário ou do cessionário do privilégio;

II - se o agente entrou em conluio com representante, mandatário, preposto ou empregado do concessionário ou do cessionário, para conhecer a invenção ou o modo de seu emprego."

<sup>12</sup> A redação original do artigo revogado era a seguinte:

"Falsa atribuição de privilégio.

Art. 188 - Exercer, como privilegiada, indústria que não o seja, ou depois de anulado, suspenso ou caduco o privilégio:

Pena - detenção, de 1 (um) a 6 (seis) meses, ou multa.

Parágrafo único - Incorre na mesma pena o titular de privilégio que, em prospecto, letreiro, anúncio ou outro meio de publicidade, faz menção do privilégio, sem especificar-lhe o objeto."

<sup>13</sup> A redação original do artigo revogado era a seguinte:

"Usurpação ou indevida exploração de modelo ou desenho privilegiado.

Art. 189 - Reproduzir, por qualquer meio, no todo ou em parte, sem autorização, desenho ou modelo de privilégio alheio; explorar, sem autorização, desenho ou modelo de privilégio alheio; vender, expor à venda ou introduzir no país objeto que é imitação ou cópia de modelo privilegiado:

Pena - detenção, de 1 (um) a 6 (seis) meses, ou multa."

<sup>14</sup> A redação original do artigo revogado era a seguinte:

"Falsa declaração de depósito em modelo ou desenho.

Art. 190 - Usar em modelo ou desenho, de expressão que o dê falsamente como depositado, ou mencionar em anúncio ou papel comercial, como depositado, desenho ou modelo que não o seja:

Pena - detenção, de 1 (um) a 3 (três) meses, ou multa."

<sup>15</sup> A redação original do artigo revogado era a seguinte:

"Art. 191 - Nos crimes previstos neste Capítulo, excetuados os dos arts. 188, e o seu parágrafo, e 190, somente se procede mediante queixa."



---

<sup>16</sup> A redação original do artigo revogado era a seguinte:

"Violação do direito de marca.

Art. 192 - Violar direito de marca de indústria ou de comércio:

I - reproduzindo, indevidamente, no todo ou em parte, marca de outrem registrada, ou imitando-a, de modo que possa induzir em erro ou confusão;

II - usando marca reproduzida ou imitada nos termos do nº I;

III - usando marca legítima de outrem em produto ou artigo que não é de sua fabricação;

IV - vendendo, expondo à venda ou tendo em depósito:

a) artigo ou produto revestido de marca abusivamente imitada ou reproduzida no todo ou em parte;

b) artigo ou produto que tem marca de outrem e não é de fabricação deste:

Pena - detenção, de 3 (três) meses a 1 (um) ano, e multa."

<sup>17</sup> A redação original do artigo revogado era a seguinte:

"Uso indevido de armas, brasões e distintivos públicos.

Art. 193 - Reproduzir, sem autorização, no todo ou em parte, ou imitar de modo que possa induzir em erro ou confusão, armas, brasões ou distintivos públicos, nacionais ou estrangeiros, em marca de indústria ou comércio:

Pena - detenção, de 1 (um) a 6 (seis) meses, ou multa.

Parágrafo único - Incorre na mesma pena quem usa de marca reproduzida ou imitada nos termos deste artigo, ou vende ou expõe à venda produto ou artigo com ela assinalado."

<sup>18</sup> A redação original do artigo revogado era a seguinte:

"Marca com falsa indicação de procedência.

Art. 194 - Usar, em produto ou artigo, marca que indique procedência que não é a verdadeira, ou vender ou expor à venda produto ou artigo, com essa marca:

Pena - detenção, de 1 (um) a 6 (seis) meses, ou multa."

<sup>19</sup> A redação original do artigo revogado era a seguinte:

"Art. 195 - Nos crimes previstos neste Capítulo, salvo os dos arts. 193, e seu parágrafo, e 194, somente se procede mediante queixa."

<sup>20</sup> A redação original do artigo revogado era a seguinte:

"Concorrência Desleal.

Art. 196 - Fazer concorrência desleal:

Pena - detenção, de 3 (três) meses a 1 (um) ano, ou multa.

§ 1º - Comete crime de concorrência desleal quem:

Propaganda desleal

I - publica pela imprensa, ou por outro meio, falsa afirmação, em detrimento de concorrente, com o fim de obter vantagem indevida;

II - presta ou divulga, com intuito de lucro, acerca de concorrente, falsa informação capaz de causar-lhe prejuízo;

---

Desvio de clientela

III - emprega meio fraudulento para desviar, em proveito próprio ou alheio, clientela de outrem;

Falsa indicação de procedência de produto

IV - produz, importa, exporta, armazena, vende ou expõe à venda a mercadoria com falsa indicação de procedência;

Uso indevido de termos retificativos

V - usa em artigo ou produto, em recipiente ou invólucro, em cinta, rótulo, fatura, circular, cartaz ou em outro meio de divulgação ou propaganda, termos retificativos, tais como "tipo", "espécie", "gênero", "sistema", "semelhante", "sucedâneo", "idêntico", ou equivalentes, ressalvando ou não a verdadeira procedência do artigo ou produto;

Arbitrária aposição do próprio nome em mercadoria de outro produtor

VI - apõe o próprio nome ou razão social em mercadoria de outro produtor sem o seu consentimento;

Uso indevido de nome comercial ou título de estabelecimento

VII - usa indevidamente nome comercial ou título de estabelecimento alheio;

Falsa atribuição de distinção ou recompensa

VIII - se atribui, como meio de propaganda de indústria, comércio ou ofício, recompensa ou distinção que não obteve;

Fraudulenta utilização de recipiente ou invólucro de outro produtor

IX - vende ou expõe à venda, em recipiente ou invólucro de outro produtor, mercadoria adulterada ou falsificada, ou dele se utiliza para negociar com mercadoria da mesma espécie, embora não adulterada ou falsificada, se o fato não constitui crime mais grave;

Corrupção de preposto

X - dá ou promete dinheiro ou outra utilidade a empregado de concorrente, para que, faltando ao dever do emprego, lhe proporcione vantagem indevida;

XI - recebe dinheiro ou outra utilidade, ou aceita promessa de paga ou recompensa, para, faltando ao dever do emprego, proporcionar a concorrente do empregador vantagem indevida;

Violação de segredo de fábrica ou negócio

XII - divulga ou explora, sem autorização, quando a serviço de outrem, segredo de fábrica ou de negócio, que lhe foi confiado ou de que teve conhecimento em razão do serviço.

§ 2º - Somente se procede mediante queixa, salvo nos casos dos ns. X a XII, em que cabe ação pública mediante representação."

<sup>21</sup> Art. 203 com nova redação dada pela Lei nº 9.777, de 29.12.98

Redação Anterior:

Art. 203 - Pena - detenção, de 1 (um) mês a 1 (um) ano, e multa, além da pena correspondente à violência.

- parágrafo primeiro, incisos I e II, parágrafo segundo, acrescentados pela Lei nº 9.777, de 29.12.98.

<sup>22</sup> Art. 207 com nova redação dada pela Lei nº 9.777, de 29.12.98

Redação Anterior:

Art. 207 - Pena - detenção, de 2 (dois) meses a 1 (um) ano, e multa.

\* parágrafos primeiro e segundo acrescentados pela Lei nº 9.777, de 29.12.98.

<sup>23</sup> art. 272 com nova redação dada pela Lei nº 9.677, de 2 de julho de 1998.

Redação Anterior:

---

"Corrupção, adulteração ou falsificação de substância alimentícia ou medicinal

Art. 272 - Corromper, adulterar ou falsificar substância alimentícia ou medicinal destinada a consumo, tornando-a nociva à saúde:

Pena - reclusão, de 2 (dois) a 6 (seis) anos, e multa.

§ 1º - Está sujeito à mesma pena quem vende, expõe à venda, tem em depósito para vender ou, de qualquer forma, entrega a consumo a substância corrompida, adulterada ou falsificada.

Modalidade culposa

§ 2º - Se o crime é culposo:

Pena - detenção, de 6 (seis) meses a 1 (um) ano, e multa."

<sup>24</sup> art. 273 com nova redação dada pela Lei nº 9.677, de 2 de julho de 1998.

Redação Anterior:

"Alteração de substância alimentícia ou medicinal

Art. 273 - Alterar substância alimentícia ou medicinal:

I - modificando-lhe a qualidade ou reduzindo-lhe o valor nutritivo ou terapêutico;

II - suprimindo, total ou parcialmente, qualquer elemento de sua composição normal, ou substituindo-o por outro de qualidade inferior:

Pena - reclusão, de 1 (um) a 3 (três) anos, e multa.

§ 1º - Na mesma pena incorre quem vende, expõe à venda, tem em depósito para vender ou, de qualquer forma, entrega a consumo a substância alterada nos termos deste artigo.

Modalidade culposa

<sup>25</sup> art. 273 com nova redação dada pela Lei nº 9.677, de 2 de julho de 1998.

Redação Anterior:

"Alteração de substância alimentícia ou medicinal

Art. 273 - Alterar substância alimentícia ou medicinal:

I - modificando-lhe a qualidade ou reduzindo-lhe o valor nutritivo ou terapêutico;

II - suprimindo, total ou parcialmente, qualquer elemento de sua composição normal, ou substituindo-o por outro de qualidade inferior:

Pena - reclusão, de 1 (um) a 3 (três) anos, e multa.

§ 1º - Na mesma pena incorre quem vende, expõe à venda, tem em depósito para vender ou, de qualquer forma, entrega a consumo a substância alterada nos termos deste artigo.

Modalidade culposa

<sup>26</sup> art. 275 com nova redação dada pela Lei nº 9.677, de 2 de julho de 1998.

Redação Anterior:

"Art. 275 - Inculcar, em invólucro ou recipiente de produto alimentício ou medicinal, a existência de substância que não se encontra em seu conteúdo ou que nele existe em quantidade menor que a mencionada:

Pena - detenção, de 1 (um) a 3 (três) meses, ou multa."

<sup>27</sup> pena com nova redação dada pela Lei nº 9.677, de 2 de julho de 1998.

---

Redação Anterior:

"Pena - detenção, de 1 (um) a 3 (três) meses, ou multa."

<sup>28</sup> art. 277 com nova redação dada pela Lei nº 9.677, de 2 de julho de 1998.

Redação Anterior:

"Art. 277 - Vender, expor à venda, ter em depósito ou ceder substância destinada à falsificação de produto alimentício ou medicinal:

Pena - detenção, de 6 (seis) meses a 1 (um) ano, e multa."

<sup>29</sup> artigo 310 com nova redação dada pela Lei nº 9.426, de 24 de dezembro de 1996.

Redação Anterior:

"Art. 310 - Atribuir a estrangeiro falsa qualidade, para promover-lhe a entrada em território nacional:

Pena - reclusão, de 1 (um) a 4 (quatro) anos, e multa."

<sup>30</sup> artigo 311 com nova redação dada pela Lei nº 9.426, de 24 de dezembro de 1996.

Redação Anterior:

"Falsidade em prejuízo da nacionalização de sociedade

Art. 311 - Prestar-se a figurar como proprietário ou possuidor de ação, título ou valor pertencente a estrangeiro, nos casos em que a este é vedada por lei a propriedade ou a posse de tais bens:

Pena - detenção, de 6 (seis) meses a 3 (três) anos, e multa."